

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO PRINCIPAL

RICA 20-36

**REGIMENTO INTERNO DO COMANDO DA
AERONÁUTICA**

2019

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO PRINCIPAL

RICA 20-36

**REGIMENTO INTERNO DO COMANDO DA
AERONÁUTICA**

2019



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 871/GC3, DE 24 DE MAIO DE 2019.

**Aprova a reedição do Regimento Interno
do Comando da Aeronáutica.**

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67050.027111/2019-67, procedente do Estado-Maior da Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do RICA 20-36 “Regimento Interno do Comando da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009 publicada no Diário Oficial da União nº 217, de 13 de novembro de 2009.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante da Aeronáutica
(DOU1 nº 100, de 27 MAIO 2019)

(Publicado no BCA nº 090, de 28 de maio de 2019)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	CATEGORIA E FINALIDADE	7
Seção I	Categoria e Finalidade	7
CAPÍTULO II	ORGANIZAÇÃO	7
CAPÍTULO III	COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS	14
CAPÍTULO IV	ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES	24
CAPÍTULO V	DISPOSIÇÕES GERAIS	68
	REFERÊNCIAS	69
Anexo A	- Organograma do Comando da Aeronáutica.....	70
Anexo B	- Organograma do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	71
Anexo C	- Organograma do Gabinete do Comandante da Aeronáutica.....	72
Anexo D	- Organograma do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica	73
Anexo E	- Organograma do Comando de Preparo	74
Anexo F	- Organograma do Comando-Geral de Apoio.....	75
Anexo G	- Organograma do Comando-Geral do Pessoal	76
Anexo H	- Organograma do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	77
Anexo I	- Organograma do Departamento de Controle do Espaço Aéreo	78
Anexo J	- Organograma da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica	80

REGIMENTO INTERNO DO COMANDO DA AERONÁUTICA

CAPÍTULO I CATEGORIA E FINALIDADE

Seção I **Categoria e Finalidade**

Art. 1º O Comando da Aeronáutica (COMAER), órgão integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa (MD), tem sua finalidade, subordinação e competências estabelecidas na sua Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O COMAER tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Comandante da Aeronáutica.

II - Órgãos de Assessoramento Superior:

- a) Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM); e
- b) Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica (CONSEFA).

III - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODA):

(ASOCEA);

- a) Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo

- b) Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (ASPAER);
- c) Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER);
- d) Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR);
- e) Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER);
- f) Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA);
- g) Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica (CPO);
- h) Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER); e
- i) Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER).

IV - Órgão de Direção-Geral (ODG):

- a) Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

V - Órgãos de Direção Setorial (ODS):

- a) Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE);
- b) Comando de Preparo (COMPREP);
- c) Comando-Geral de Apoio (COMGAP);
- d) Comando-Geral do Pessoal (COMGEP);
- e) Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA);
- f) Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA); e
- g) Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

§ 1º A Consultoria Jurídica Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER), órgão da Estrutura Regimental do MD, é subordinada administrativamente ao Comandante da Aeronáutica (CMTAER), sem prejuízo das atribuições institucionais, subordinação técnica,

orientação, supervisão e fiscalização da Consultoria Jurídica do MD, e recebe apoio auxiliar e administrativo do GABAER.

§ 2º A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe) é uma autarquia de regime especial vinculada ao Comando da Aeronáutica, com autonomia administrativa e financeira.

§ 3º O Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CNPAA), elo do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) tem por finalidade reunir representantes de entidades nacionais envolvidas, direta ou indiretamente, com a atividade aérea, a fim de elaborar estudos, em âmbito nacional, em proveito do desenvolvimento seguro e harmônico da aviação.

I - O Comitê será presidido pelo Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

II - O Comitê será constituído pelos seguintes membros:

1. Secretaria-Executiva;
2. Entidades-Membro;
3. Sessão Plenária; e
4. Comissões

III - A admissão de Entidade-Membro é proposta pelo Presidente, podendo ser motivada por solicitação formal da Entidade interessada, ficando sujeita à aprovação em Sessão Plenária, por pelo menos dois terços das Entidades-Membro presentes.

IV - O quórum mínimo para as reuniões ordinárias ou extraordinárias é de dois terços das Entidades-Membro, sendo as decisões tomadas por maioria simples.

V - As reuniões ordinárias serão realizadas duas vezes ao ano, e as reuniões extraordinárias ocorrerão por ato de convocação da Secretaria-Executiva, com antecedência mínima de vinte dias, salvo nos casos de determinação diversa do Presidente.

VI - O apoio administrativo será prestado pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

VII - O Regimento Interno será elaborado pelo próprio Comitê e aprovado por maioria simples, sendo que alterações ao seu texto poderão ser propostas à Secretaria pelas Entidades-Membro, com antecedência mínima de trinta dias em relação à data prevista para a Sessão Plenária.

VIII - Os membros do Comitê que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião, preferencialmente, por meio de videoconferência.

IX - A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º O CENIPA possui as seguintes OM subordinadas:

I - Primeiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA I);

II - Segundo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA II);

III - Terceiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA III);

IV - Quarto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA IV);

V - Quinto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA V);

VI - Sexto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA VI); e

VII - Sétimo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA VII).

Art. 4º O GABAER possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Esquadrão de Demonstração Aérea da Força Aérea Brasileira (EDA); e

II - Grupo de Transporte Especial (GTE).

Art. 5º É subordinado ao INCAER o Museu Aeroespacial (MUSAL).

Art. 6º O COMPREP possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Ala 1;

II - Ala 2;

III - Ala 3;

IV - Ala 4;

V - Ala 5;

VI - Ala 6;

VII - Ala 7;

VIII - Ala 8;

IX - Ala 9;

X - Ala 10;

XI - Ala 11;

XII - Ala 12;

XIII - Campo de Provas Brigadeiro Velloso (CPBV);

XIV - Instituto de Aplicações Operacionais (IAOp); e

XV - Primeira Brigada de Defesa Antiaérea (1ª BDAAE).

Art. 7º É subordinado à Ala 1 o Sexto Esquadrão de Transporte Aéreo (6º ETA).

Art. 8º A Ala 2 possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Primeiro Esquadrão do Sexto Grupo de Aviação (1º/6º GAV);

II - Primeiro Grupo de Transporte de Tropa (1º GTT);

III - Segundo Esquadrão do Sexto Grupo de Aviação (2º/6º GAV); e

IV - Primeiro Grupo de Defesa Aérea (1º GDA).

Art. 9º A Ala 3 possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Primeiro Esquadrão do Décimo Quarto Grupo de Aviação (1º/14º GAV);

II - Segundo Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (2º/7º GAV); e

III - Quinto Esquadrão de Transporte Aéreo (5º ETA).

Art. 10. A Ala 4 possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Primeiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação (1º/10º GAV);

II - Primeiro Esquadrão do Décimo Segundo Grupo de Aviação (1º/12º GAV);

III - Terceiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação (3º/10º GAV); e

IV - Quinto Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (5º/8º GAV).

Art. 11. A Ala 5 possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS);
- II - Primeiro Esquadrão do Décimo Quinto Grupo de Aviação (1º/15º GAV);
- III - Segundo Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação (2º/10º GAV); e
- IV - Terceiro Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação (3º/3º GAV).

Art. 12. A Ala 6 possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Segundo Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação (2º/3º GAV); e
- II - Segundo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (2º/8º GAV).

Art. 13. É subordinado à Ala 7 o Primeiro Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação (1º/3º GAV).

Art. 14. A Ala 8 possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Primeiro Esquadrão do Quarto Grupo de Aviação (1º/4º GAV);
- II - Primeiro Esquadrão do Nono Grupo de Aviação (1º/9º GAV);
- III - Sétimo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (7º/8º GAV); e
- IV - Sétimo Esquadrão de Transporte Aéreo (7º ETA).

Art. 15. A Ala 9 possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Terceiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (3º/7º GAV); e
- II - Primeiro Esquadrão de Transporte Aéreo (1º ETA).

Art. 16. A Ala 10 possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Primeiro Esquadrão do Quinto Grupo de Aviação (1º/5º GAV);
- II - Primeiro Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (1º/8º GAV);
- III - Primeiro Esquadrão do Décimo Primeiro Grupo de Aviação (1º/11º GAV);
- IV - Segundo Esquadrão do Quinto Grupo de Aviação (2º/5º GAV);
- V - Segundo Esquadrão de Transporte Aéreo (2º ETA); e
- VI - Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE).

Art. 17. A Ala 11 possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Transporte (1º/1º GT);
- II - Primeiro Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte (1º/2º GT); e
- III - Segundo Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte (2º/2º GT).

Art. 18. A Ala 12 possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (1º/7º GAV);
- II - Primeiro Grupo de Aviação de Caça (1º GAVCA);
- III - Terceiro Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (3º/8º GAV); e
- IV - Terceiro Esquadrão de Transporte Aéreo (3º ETA).

Art. 19. A 1ª BDAAE possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Primeiro Grupo de Defesa Antiaérea (1º GDAAE);
- II - Segundo Grupo de Defesa Antiaérea (2º GDAAE); e
- III - Terceiro Grupo de Defesa Antiaérea (3º GDAAE).

Art. 20. O COMGAP possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Base Aérea de São Paulo (BASP);
- II - Centro de Catalogação da Aeronáutica (CECAT);
- III - Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG);

IV - Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA);
V - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB);
VI - Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI);
VII - Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA); e
VIII - Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção (MTAB-Assunção).

Art. 21. O CELOG possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica (CTLA);
- II - Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (CABW); e
- III - Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa (CABE).

Art. 22. A DIRINFRA possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Centro de Estudos e Projetos de Engenharia da Aeronáutica (CEPE); e
- II - Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA).

Art. 23. A DIRMAB possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Núcleo do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (NuPAMA-AF);
- II - Parque de Material Aeronáutico do Galeão (PAMA-GL);
- III - Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMA-LS);
- IV - Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA-SP); e
- V - Parque de Material Bélico da Aeronáutica (PAMB).

Art. 24. A DTI possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília (CCA-BR);
- II - Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CCA-RJ); e
- III - Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos (CCA-SJ).

Art. 25. O COMGEP possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC);
- II - Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA);
- III - Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP);
- IV - Diretoria de Ensino (DIRENS);
- V - Diretoria de Saúde (DIRSA); e
- VI - Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA).

Art. 26. É subordinado ao CENDOC o Serviço Geral de Correspondência e Arquivo da Aeronáutica (SEGECAE).

Art. 27. A DIRAP possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Belém (SEREP-BE);
- II - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Brasília (SEREP-BR);
- III - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Canoas (SEREP-CO);
- IV - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Manaus (SEREP-MN);
- V - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Recife (SEREP-RF);

VI - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica do Rio de Janeiro (SEREP-RJ); e

VII - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de São Paulo (SEREP-SP).

Art. 28. A DIRENS possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Academia da Força Aérea (AFA);

II - Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR);

III - Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR);

IV - Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR); e

V - Universidade da Força Aérea (UNIFA).

Art. 29. A UNIFA possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR); e

II - Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

Art. 30. A DIRSA possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Casa Gerontológica da Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes (CGABEG);

II - Centro de Medicina Aeroespacial (CEMAL);

III - Hospital Central da Aeronáutica (HCA);

IV - Hospital de Área da Aeronáutica dos Afonsos (HAAF);

V - Hospital de Área da Aeronáutica de Belém (HABE);

VI - Hospital de Área da Aeronáutica de Canoas (HACO);

VII - Hospital de Área da Aeronáutica de Manaus (HAMN);

VIII - Hospital de Área da Aeronáutica de Recife (HARF);

IX - Hospital de Força Aérea de Brasília (HFAB);

X - Hospital de Força Aérea do Galeão (HFAG);

XI - Hospital de Força Aérea de São Paulo (HFASP);

XII - Instituto de Medicina Aeroespacial Brigadeiro Médico Roberto Teixeira

(IMAE);

XIII - Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA);

XIV - Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília (OABR);

XV - Odontoclínica de Aeronáutica de Recife (OARF); e

XVI - Odontoclínica de Aeronáutica Santos-Dumont (OASD).

Art. 31. O DCTA possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Centro de Lançamento de Alcântara (CLA);

II - Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI);

III - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER-SJ);

IV - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC);

V - Comissão de Obras do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (CO-DCTA);

VI - Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ);

VII - Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE);

VIII - Instituto de Estudos Avançados (IEAv);

IX - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI);

X - Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV);

XI - Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); e

XII - Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ).

Art. 32. O DECEA possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA);
- II - Centro Integrado de Meteorologia Aeronáutica (CIMAER);
- III - Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA);
- IV - Grupo Especial de Inspeção em Voo (GEIV);
- V - Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA);
- VI - Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA);
- VII - Junta de Julgamento da Aeronáutica (JJAER);
- VIII - Missão Técnica Aeronáutica Brasileira na Bolívia (MTAB-Bolívia);
- IX - Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ);
- X - Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (1º GCC);
- XI - Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP);
- XII - Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I);
- XIII - Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II);
- XIV - Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA III); e
- XV - Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV).

Art. 33. A SEFA possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Base Aérea dos Afonsos (BAAF);
- II - Base Aérea de Florianópolis (BAFL);
- III - Base Aérea de Fortaleza (BAFZ);
- IV - Base Aérea de Salvador (BASV);
- V - Base Aérea de Santos (BAST);
- VI - Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD); e
- VII - Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica (DIREF).

Art. 34. A DIRAD possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica (CEAP);
- II - Centro de Aquisições Específicas (CAE); e
- III - Grupamento de Apoio Logístico de Campanha (GALC).

Art. 35. O CEAP possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga (FAYS);
- II - Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF);
- III - Grupamento de Apoio de Alcântara (GAP-AK);
- IV - Grupamento de Apoio de Anápolis (GAP-AN);
- V - Grupamento de Apoio de Barbacena (GAP-BQ);
- VI - Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE);
- VII - Grupamento de Apoio de Boa Vista (GAP-BV);
- VIII - Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR);
- IX - Grupamento de Apoio de Campo Grande (GAP-CG);
- X - Grupamento de Apoio de Canoas (GAP-CO);
- XI - Grupamento de Apoio de Curitiba (GAP-CT);
- XII - Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP-DF);
- XIII - Grupamento de Apoio do Galeão (GAP-GL);

XIV - Grupamento de Apoio de Guaratinguetá (GAP-GW);
XV - Grupamento de Apoio de Lagoa Santa (GAP-LS);
XVI - Grupamento de Apoio de Manaus (GAP-MN);
XVII - Grupamento de Apoio de Natal (GAP-NT);
XVIII - Grupamento de Apoio de Pirassununga (GAP-YS);
XIX - Grupamento de Apoio de Porto Velho (GAP-PV);
XX - Grupamento de Apoio de Recife (GAP-RF);
XXI - Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ);
XXII - Grupamento de Apoio de Santa Cruz (GAP-SC);
XXIII - Grupamento de Apoio de Santa Maria (GAP-SM);
XXIV - Grupamento de Apoio de São Paulo (GAP-SP);
XXV - Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (PIPAR).
XXVI - Prefeitura de Aeronáutica dos Afonsos (PAAF);
XXVII - Prefeitura de Aeronáutica de Anápolis (PAAN);
XXVIII - Prefeitura de Aeronáutica de Belém (PABE);
XXIX - Prefeitura de Aeronáutica de Belo Horizonte (PABH);
XXX - Prefeitura de Aeronáutica de Brasília (PABR);
XXXI - Prefeitura de Aeronáutica de Canoas (PACO);
XXXII - Prefeitura de Aeronáutica de Curitiba (PACT);
XXXIII - Prefeitura de Aeronáutica do Galeão (PAGL);
XXXIV - Prefeitura de Aeronáutica de Guaratinguetá (PAGW);
XXXV - Prefeitura de Aeronáutica de Manaus (PAMN);
XXXVI - Prefeitura de Aeronáutica de Natal (PANT);
XXXVII - Prefeitura de Aeronáutica de Recife (PARF);
XXXVIII - Prefeitura de Aeronáutica de São Paulo (PASP); e
XXXIX - Prefeitura de Aeronáutica de Pirassununga (PAYS).

CAPÍTULO III COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Art. 36. Ao Alto-Comando da Aeronáutica - ALTCOM, colegiado composto pelos Tenentes-Brigadeiros do Ar, da ativa, compete assessorar o CMTAER nas suas atribuições de direção e gestão da Força Aérea Brasileira (FAB) e nos assuntos relativos à Política Militar Aeronáutica, apreciar os assuntos de interesse do COMAER e elaborar as listas de escolhas para promoção aos postos de Oficiais-Generais da Aeronáutica.

§ 1º O ALTCOM é convocado e presidido pelo Comandante da Aeronáutica.

§ 2º O Comandante da Aeronáutica poderá convocar outros Oficiais-Generais ou convidar civis para participar de reuniões do Alto-Comando, por iniciativa própria, ou em atenção à proposta de um dos seus membros.

§ 3º O quórum para as reuniões ordinárias ou extraordinárias é de cinco membros, sendo as decisões tomadas por maioria absoluta, cabendo voto de desempate ao Comandante da Aeronáutica.

§ 4º As reuniões ordinárias terão periodicidade mensal, entre os meses de fevereiro e novembro, e as reuniões extraordinárias ocorrerão por ato de convocação do Comandante da Aeronáutica.

§ 5º Os membros do ALTCOM que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião, preferencialmente, por meio de videoconferência.

§ 6º A participação no ALTCOM será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 37. Ao Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica - CONSEFA compete assessorar o CMTAER na formulação das diretrizes econômico-financeiras e nos assuntos relacionados com execução, orçamento, administração financeira, contabilidade e controle interno.

§ 1º O CONSEFA será convocado e presidido pelo Comandante da Aeronáutica.

§ 2º O Comandante da Aeronáutica poderá convocar outros Oficiais-Generais ou convidar civis para participar de reuniões do Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica, por iniciativa própria, ou em atenção à proposta de um dos seus membros.

§ 3º O CONSEFA será constituído pelos seguintes membros:

- a) Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;
- b) Comandantes Gerais;
- c) Comandante de Preparo;
- d) Comandante de Operações Aeroespaciais;
- e) Diretores Gerais; e
- f) Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica.

§ 4º Para a instalação das reuniões ordinárias ou extraordinárias devem estar presentes, no mínimo, o Comandante da Aeronáutica, o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica e mais dois membros, sendo as decisões tomadas por maioria absoluta, cabendo voto de desempate ao Comandante da Aeronáutica.

§ 5º As reuniões do Conselho ocorrerão mensalmente, em data estabelecida previamente pelo Comandante da Aeronáutica.

§ 6º O apoio administrativo será prestado pelo Gabinete do Comandante da Aeronáutica.

§ 7º O Regimento Interno será elaborado e aprovado pelo Comandante da Aeronáutica.

§ 8º Os membros do CONSEFA que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião, preferencialmente, por meio de videoconferência.

§ 9º A participação no CONSEFA será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 38. À ASOCEA compete:

I - assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos relativos à segurança do Serviço de Navegação Aérea;

II - coordenar e controlar as atividades de inspeção do Serviço de Navegação Aérea, no que tange à segurança operacional e à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita; e

III - gerenciar o Programa de Vigilância da Segurança Operacional do Serviço de Navegação Aérea.

Art. 39. À ASPAER compete gerenciar as ações concernentes às relações institucionais do Comando da Aeronáutica junto aos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Órgãos que exercem as funções essenciais à justiça.

Art. 40. Ao CECOMSAER compete atuar nos diversos campos de Comunicação Social, regulando, estimulando e orientando ações que favoreçam a projeção e a preservação da imagem da Força Aérea Brasileira.

Art. 41. Ao CENCIAR compete planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do Comando da Aeronáutica.

§ 1º O Centro de Controle Interno da Aeronáutica, como Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sujeita-se à supervisão técnica e orientação normativa da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, sem prejuízo da subordinação administrativa ao Comando da Aeronáutica.

§ 2º O Centro de Controle Interno da Aeronáutica interage com o Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos assuntos concernentes ao Comando da Aeronáutica.

§ 3º O Centro de Controle Interno da Aeronáutica utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria e a fiscalização.

§ 4º O Centro de Controle Interno da Aeronáutica, como Unidade de Auditoria Interna Governamental, tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional do Comando da Aeronáutica, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.

Art. 42. Ao CIAER compete fornecer subsídios ao CMTAER nos assuntos relacionados ao Estado, ao preparo e ao emprego da FAB.

Art. 43. Ao CENIPA compete planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a prevenção e a investigação de acidentes aeronáuticos e assessorar o CMTAER nos assuntos de sua competência.

Art. 44. Aos SERIPA compete planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos, no âmbito da aviação civil, em suas áreas de jurisdição.

Art. 45. À CPO compete assessorar o CMTAER nos assuntos relativos às promoções dos oficiais da Aeronáutica.

Parágrafo único. A CPO tem por finalidade, ainda, assessorar, por meio da Secretaria de Promoções, o Diretor de Administração do Pessoal nos assuntos relativos às promoções dos graduados (Quadro de Suboficiais e Sargentos - QSS; Quadro de Taifeiros - QTA; e Quadro de Cabos - QCB) da Aeronáutica.

Art. 46. Ao GABAER compete assessorar o CMTAER no estudo dos assuntos submetidos à sua apreciação e assisti-lo em sua representação.

Art. 47. Ao EDA compete realizar demonstrações aéreas a fim de difundir, em âmbito nacional e internacional, a imagem institucional da Força Aérea Brasileira.

Art. 48. Ao GTE compete assegurar o transporte aéreo do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado e de altas autoridades nacionais e estrangeiras, bem como realizar Missões de Misericórdia, com equipamento do

tipo Unidade de Terapia Intensiva Aérea do COMAER e missões em apoio às demais Organizações do COMAER, quando determinado pelo Comandante da Aeronáutica.

Art. 49. Ao INCAER compete pesquisar, desenvolver, divulgar e preservar a memória e a cultura aeronáutica brasileira.

Art. 50. Ao MUSAL compete preservar e divulgar o patrimônio cultural da Aeronáutica brasileira, por intermédio de seu acervo histórico.

Art. 51. Ao EMAER, órgão responsável pelo planejamento e pela emissão de diretrizes que orientem o preparo e o emprego da Força Aérea, visando ao cumprimento da destinação constitucional da Aeronáutica, compete:

- I - coordenar as ações que envolvam os órgãos de direção setorial;
- II - orientar, coordenar e controlar as atividades de planejamento, de orçamento e gestão e de modernização administrativa; e
- III - planejar, executar e coordenar as atividades do Sistema de Inspeção do Comando da Aeronáutica.

Parágrafo único. O EMAER interage com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal nos assuntos concernentes ao COMAER.

Art. 52. Ao COMAE compete:

- I - realizar a defesa aeroespacial do território nacional contra todas as formas de ameaça, a fim de assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro;
- II - empregar os meios sob seu controle operacional, incluídos os necessários para o estabelecimento dos procedimentos a serem seguidos com relação às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins;
- III - planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar o emprego do poder aeroespacial; e
- IV - atuar como órgão central do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA).

Art. 53. Ao COMPREP compete preparar os meios de Força Aérea sob sua responsabilidade.

Art. 54. Às Alas compete executar o preparo e o emprego das Unidades Militares subordinadas, conforme diretrizes, planos e ordens dos Comandos Superiores.

Art. 55. Às Unidades Aéreas compete executar o preparo e o emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens dos Comandos Superiores.

Art. 56. Ao EAS compete executar o preparo e o emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens dos Comandos Superiores.

Art. 57. Ao GITE compete planejar, executar e controlar os cursos de especialização de interesse do Comando de Preparo (COMPREP).

Art. 58. Ao CPBV compete prover o apoio administrativo e operacional necessários à execução de ensaios, testes, experimentos e treinamentos táticos de interesse do COMAER, quando realizados em sua área de exercícios.

Art. 59. Ao IAOp compete conduzir as atividades de Aplicações Operacionais e gerar conhecimento operacional.

Art. 60. À 1ª BDAAE compete executar o preparo e o emprego das Unidades de Defesa Antiaérea (UDAAE) sob sua responsabilidade, conforme diretrizes e ordens dos Comandos Superiores.

Art. 61. Aos GDAAE compete executar o preparo e o emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens dos Comandos Superiores.

Art. 62. Ao COMGAP compete planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos.

Art. 63. À BASP compete prestar apoio logístico-administrativo e de segurança às Unidades da Guarnição de Aeronáutica de São Paulo (GUARNAE-SP), assim como fornecer suporte aos meios de Força Aérea que nela operem, desdobrados ou em trânsito.

Art. 64. Ao CECAT compete coordenar as atividades que concorrem para o desenvolvimento e para a manutenção do Sistema de Catalogação da Aeronáutica (SISCAE), como instrumento de apoio às funções logísticas executadas pelo Comando da Aeronáutica, em harmonia com o Sistema Militar de Catalogação do Ministério da Defesa (SISMICAT), atuando como Central de Operação e Arquivo (COA) desses Sistemas.

Art. 65. Ao CELOG compete executar as atividades de aquisição de material e de serviços, bem como a nacionalização do material aeroespacial e dos equipamentos de apoio necessários ao preparo e emprego da FAB.

Art. 66. Ao CTLA compete coordenar o transporte intermodal do Sistema de Correio Aéreo Nacional (SISCAN), executar o transporte de material pelo modal terrestre e realizar o despacho aduaneiro de material por meio do Sistema de Comércio Exterior da Aeronáutica (SISCOMAER).

Art. 67. Às Comissões Aeronáuticas Brasileiras no exterior compete centralizar, dentro de sua área de atuação, as atividades logísticas de apoio e de serviços, a administração de acordos, ajustes e contratos, bem como outras que lhe forem determinadas, tudo de interesse e responsabilidade do COMAER.

Art. 68. À DIRINFRA compete efetuar o planejamento, a gestão e o controle das atividades relacionadas ao patrimônio imobiliário, às obras, à engenharia operacional, ao transporte de superfície, à proteção contra incêndio, à normatização, à catalogação e à certificação de produtos de infraestrutura e aos serviços de engenharia no Comando da Aeronáutica.

Art. 69. Ao CEPE compete realizar estudos e elaborar projetos de engenharia e de arquitetura, complexos ou multidisciplinares, de interesse do Comando da Aeronáutica e em proveito dos sistemas em que a DIRINFRA é o órgão central.

Art. 70. À COMARA compete projetar, construir e recuperar aeroportos em regiões inóspitas e de difícil acesso na Região Amazônica e em outras regiões do País.

Art. 71. À DIRMAB compete a gestão dos assuntos relativos ao apoio logístico do Sistema de Material Aeronáutico e Bélico (SISMAB), no que concerne às funções logísticas de suprimento e de manutenção, necessárias ao preparo e ao emprego da FAB.

Art. 72. Aos PAMA compete realizar a gestão da Função Logística Manutenção de aeronaves, de componentes e equipamentos de apoio, utilizando-se de todos os meios disponíveis, de acordo com os planos e programas elaborados pela Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB), bem como prover assistência técnica às Organizações Militares (OM) apoiadas.

Art. 73. Ao PAMB compete realizar a gestão da Função Logística Manutenção do armamento, munição e demais equipamentos associados, utilizando-se de todos os meios disponíveis, de acordo com os planos e programas elaborados pela Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB), bem como prover assistência técnica às Organizações Militares (OM) apoiadas.

Art. 74. À DTI compete normatizar, planejar, implantar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades relativas à Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica.

Art. 75. Aos CCA compete gerenciar os sistemas e serviços de Tecnologia da Informação, sob sua responsabilidade, a fim de manter a disponibilidade, a confiabilidade e a integridade das informações.

Art. 76. Ao ILA compete desenvolver as capacidades técnicas e gerenciais dos profissionais do COMAER, por intermédio das atividades de ensino e pesquisa relacionadas com a área de apoio logístico.

Art. 77. À MTAB-Assunção compete executar as atividades estabelecidas no Acordo nº 55, de 10 de março de 1982, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

Art. 78. Ao COMGEP compete planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o pessoal civil e militar do COMAER.

Art. 79. Ao CENDOC compete planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas à documentação e ao arquivo permanente do COMAER.

Art. 80. Ao SEGECAE compete planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a tramitação e o arquivamento de documentos do COMAER.

Art. 81. À CDA compete orientar e controlar as atividades físico-esportivas do pessoal da Aeronáutica.

Art. 82. À DIRAP compete tratar das atividades relacionadas com a Administração do Pessoal Militar, Civil e Pensionista do COMAER, inclusive as relativas ao Serviço Militar.

Art. 83. Aos SEREP compete planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a Gestão de Pessoal e do Serviço Militar, no âmbito de suas áreas geográficas de atuação.

Art. 84. À DIRENS compete planejar, gerenciar e controlar as atividades de ensino relativas à formação e pós-formação do pessoal do COMAER, além daquelas relativas à educação básica, em caráter assistencial e supletivo.

Art. 85. À AFA compete a formação de Aspirantes a Oficiais dos Quadros de Oficiais Aviadores (QOAv), Intendentes (QOInt) e de Infantaria da Aeronáutica (QOInf).

Art. 86. Ao CIAAR compete executar as atividades de ensino relacionadas com a formação e a adaptação militar de pessoal para o COMAER.

Art. 87. À EEAR compete formar e aperfeiçoar os sargentos do COMAER.

Art. 88. À EPCAR compete preparar os alunos para o ingresso no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv) da AFA, bem como ministrar outros cursos e estágios que lhe forem atribuídos.

Art. 89. À UNIFA compete promover o desenvolvimento da Ciência Aeroespacial e capacitar cultural e profissionalmente os militares e civis do COMAER, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária desenvolvidas em seu *campus*.

Art. 90. À EAOAR compete aperfeiçoar oficiais intermediários e subalternos, visando ao desenvolvimento de competências específicas para o desempenho de funções administrativas, de assessoramento e operacionais, por meio do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (CAP) e outros cursos e estágios que lhe forem atribuídos.

Art. 91. À ECEMAR compete capacitar oficiais superiores para o preparo e o emprego do componente militar do Poder Aeroespacial, por meio de cursos e estágios de altos estudos militares e de outros que lhe forem destinados.

Art. 92. À DIRSA compete tratar das atividades relacionadas com a área de saúde, no âmbito do COMAER.

Art. 93. À CGABEG compete prestar assistência biopsicossocial aos militares idosos da reserva remunerada ou reformados do COMAER.

Art. 94. Ao CEMAL compete realizar estudos e pesquisas no campo pericial, voltados para a medicina aeroespacial, e o controle médico do pessoal civil, não aeronavegante; pessoal aeronavegante e de terra, militar, no âmbito do COMAER.

Art. 95. Aos Hospitais de Área da Aeronáutica compete prestar assistência médico-hospitalar, odontológica e farmacêutica, até o nível de atendimento a eles atribuído, aos militares do COMAER e aos seus dependentes, em suas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 96. Ao Hospital Central e aos demais Hospitais de Força Aérea compete prover a assistência médico-hospitalar, farmacêutica e odontológica, até o nível de atendimento a eles atribuído, aos militares da Aeronáutica e seus dependentes, em suas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 97. Ao IMAE compete prestar o serviço de previsão e vigilância meteorológicas no SISCEAB, fornecer prognósticos para o emprego aeronáutico, apoiar as atividades relativas à Meteorologia de Defesa, gerenciar a aplicação da climatologia para fins

aeronáuticos e a divulgação de informações meteorológicas aeronáuticas e espaciais, fomentar estudos e intercâmbios, visando ao aprimoramento profissional e à qualidade na prestação de serviço, e representar o COMAER junto aos órgãos nacionais e internacionais relacionados à Meteorologia Aeronáutica.

Art. 98. Ao LAQFA compete fabricar e comercializar os produtos químicos e farmacêuticos de interesse do COMAER.

Art. 99. Às Odontoclínicas de Aeronáutica compete prestar assistência odontológica aos militares da Aeronáutica e aos seus dependentes.

Art. 100. Ao IPA compete desenvolver ações nos diversos campos da Psicologia, oferecendo o suporte especializado às OM e ao pessoal, no âmbito do COMAER.

Art. 101. Ao DCTA compete planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do COMAER.

Art. 102. Aos Centros de Lançamento (CL) compete executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica, relacionados com a Política da Aeronáutica para Pesquisa e Desenvolvimento e com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

Art. 103. Ao CPORAER-SJ compete:

I - formar Aspirantes a Oficial da Reserva da Aeronáutica, de 2ª Classe, proporcionando aos alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) a prestação do Serviço Militar em nível compatível com sua formação técnico-profissional; e

II - preparar Aspirantes a Oficial de Infantaria, estagiários de engenharia convocados do curso profissional do ITA, para o ingresso no Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa.

Art. 104. À COPAC compete gerenciar projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o COMAER, articulando as ações necessárias para alcançar eficácia e eficiência no ciclo de vida desses materiais e sistemas.

Art. 105. À CO-DCTA compete planejar, coordenar, controlar e executar as atividades relacionadas ao início, fiscalização e recebimentos das obras de construção das novas instalações e de reforma das instalações existentes do campus do DCTA, em São José dos Campos-SP, vinculadas à expansão do ITA.

Art. 106. Ao GAP-SJ compete executar as atividades de saúde, de infraestrutura, de apoio administrativo, pertinentes à GUARNAE-SJ.

Art. 107. Ao IAE compete realizar pesquisa e atuar no desenvolvimento e no gerenciamento de projetos nos campos de aeronáutica, de acesso ao espaço e de defesa, de interesse do COMAER e do Sistema Nacional de Atividades Espaciais (SINDAE).

Art. 108. Ao IEAv compete realizar pesquisa básica e aplicada, de caráter científico e tecnológico, ampliando o conhecimento científico e o domínio de tecnologias para fortalecer o Poder Aeroespacial Brasileiro.

Art. 109. Ao IFI compete prestar serviços técnicos especializados para o fortalecimento do complexo industrial aeroespacial e realizar pesquisa científica nos campos de sua atuação, conforme os Planos e Programas estabelecidos pelo DCTA.

Art. 110. Ao IPEV compete prestar serviços tecnológicos especializados na área de ensaios em voo, instrumentação de aeronaves e telemetria de dados para apoio à pesquisa, desenvolvimento e certificação de produtos aeronáuticos, bem como formar pessoal especializado em ensaios em voo.

Art. 111. Ao ITA compete promover, por meio da educação, do ensino, da pesquisa e da extensão, o progresso das ciências e das tecnologias relacionadas com o Campo Aeroespacial e a formação de profissionais de nível superior nas especializações de interesse do COMAER e do Setor Aeroespacial em geral.

Art. 112. À PASJ compete executar as atividades de administração dos imóveis residenciais sob sua responsabilidade e respectivas áreas de uso comum.

Art. 113. Ao DECEA compete planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do Comando da Aeronáutica.

Art. 114. Ao CGNA compete permitir, a partir das intenções de voo, a harmonização do gerenciamento do fluxo de tráfego aéreo, do espaço aéreo e das demais atividades relacionadas com a navegação aérea, proporcionando a gestão operacional das ações correntes dos processos de Gerenciamento de Tráfego Aéreo (ATM) e de infraestrutura relacionada, visando à suficiência e à qualidade dos serviços prestados no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

Art. 115. Ao CIMAER compete prestar o serviço de previsão e vigilância meteorológicas no SISCEAB, fornecer prognósticos para o emprego aeronáutico, apoiar as atividades relativas à Meteorologia de Defesa, gerenciar a aplicação da climatologia para fins aeronáuticos e a divulgação de informações meteorológicas aeronáuticas e espaciais, fomentar estudos e intercâmbios, visando ao aprimoramento profissional e à qualidade na prestação de serviço, e representar o COMAER junto aos órgãos nacionais e internacionais relacionados à Meteorologia Aeronáutica.

Art. 116. À CISCEA compete promover as atividades relacionadas com a implantação de projetos voltados para o desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e de outros projetos de interesse do COMAER que lhe forem atribuídos, bem como a modernização de sistemas já implantados.

Art. 117. Ao GEIV compete executar as atividades relacionadas com a Inspeção em Voo e com a Radiomonitoragem de interesse do SISCEAB.

Art. 118. Ao ICA compete desempenhar as atividades relacionadas com cartografia aeronáutica, informações aeronáuticas, elaboração de procedimentos de navegação aérea e concepção de espaço aéreo.

Art. 119. Ao ICEA compete capacitar recursos humanos e realizar pesquisas e desenvolvimentos no âmbito do SISCEAB.

Art. 120. À JJAER compete apurar, julgar administrativamente e aplicar as penalidades previstas na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na legislação complementar, por infrações de tráfego aéreo e descumprimento das normas que regulam o SISCEAB.

Art. 121. À MTAB-Bolívia prover as gestões administrativas, técnicas e operacionais necessárias à integração dos serviços de navegação aérea dos países que compõem a América do Sul, sob as orientações, normas e serviços prestados pelo DECEA, para apoio ao *Comando de Seguridad y Defensa del Espacio Aéreo* (COSDEA).

Art. 122. Ao PAME-RJ compete gerenciar e executar as atividades relacionadas com o suprimento; a manutenção de equipamentos de controle do espaço aéreo, de detecção de defesa aérea e controle de tráfego aéreo; a infraestrutura e serviços de telemática atribuídos pelo DECEA; a manutenção da rede de telecomunicações do COMAER; e a impressão e distribuição das publicações aeronáuticas, de acordo com as normas estabelecidas pelo DECEA.

Art. 123. Ao 1º GCC compete gerenciar as atividades relacionadas com a instalação, a operação e a manutenção dos meio transportáveis de comunicações, controle e alarme aerotáticos.

Art. 124. Ao SRPV-SP compete prover os serviços de controle do espaço aéreo e de telecomunicações do COMAER, bem como conduzir as aeronaves que têm por missão a manutenção da integridade e da soberania do espaço aéreo brasileiro, na área definida como de sua responsabilidade.

Art. 125. Aos CINDACTA compete executar as atividades relacionadas com a vigilância e o controle da circulação aérea geral, bem como conduzir as aeronaves que têm por missão a manutenção da integridade e da soberania do espaço aéreo brasileiro, nas áreas definidas como de sua responsabilidade.

Art. 126. À SEFA compete superintender, administrando, por intermédio dos órgãos da sua estrutura regimental, no âmbito do COMAER:

I - as atividades relativas à administração financeira; à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil de todos os recursos e de qualquer natureza disponibilizados; aos contratos, convênios e instrumentos congêneres e afins, operações de crédito, acordos de compensação, financiamentos internos e externos, entre outros; e

II - as atividades relacionadas com as áreas da gestão de apoio administrativo, por intermédio dos GAP; da gestão de moradia funcional dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), por intermédio das Prefeituras de Aeronáutica; de provisões e material de intendência; de pagamento de pessoal; de subsistência; e de apoio assistencial e social, entre outras.

Art. 127. Às Bases Aéreas subordinadas à SEFA compete apoiar os meios de Força Aérea que nelas operem, desdobrados ou em trânsito.

Art. 128. À DIRAD compete supervisionar, realizando, por intermédio dos órgãos da sua estrutura regimental, as atividades relacionadas com as áreas da gestão de apoio administrativo, por intermédio dos GAP; da gestão de moradia funcional dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), por intermédio das Prefeituras de Aeronáutica; de provisões e de material de intendência; de pagamento de pessoal; de subsistência e de apoio assistencial e social; entre outras, no âmbito do COMAER.

Art. 129. Ao CEAP compete tratar, por intermédio dos órgãos da sua estrutura regimental, das atividades relacionadas com as áreas da gestão de apoio administrativo, apoio operacional e da gestão de moradia funcional dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), por intermédio de suas OM subordinadas.

Art. 130. À FAYS compete a ocupação produtiva das áreas destinadas à instalação da AFA e ainda não utilizadas.

Art. 131. Aos GAP compete executar as atividades de apoio administrativo a um conjunto de organizações definidas por ato do CMTAER.

Art. 132. À PIPAR compete efetuar o apoio administrativo, a operacionalização e o controle do pagamento dos proventos aos militares inativos e ao pessoal civil aposentado do COMAER, bem como das pensões aos pensionistas de militares e de civis, em sua área de jurisdição.

Art. 133. Às Prefeituras de Aeronáutica compete executar as atividades de administração dos imóveis residenciais sob sua responsabilidade.

Art. 134. Ao CAE compete a obtenção de bens e serviços específicos, necessários ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira.

Art. 135. Ao GALC compete atuar como Organização Militar diretamente responsável pelo emprego dos meios de apoio logístico a operações desdobradas envolvendo as Unidades Aéreas e Unidades de Aeronáutica do COMAER e, mediante ordem, em benefício às operações interagências, às humanitárias e, em interoperabilidade, com as demais Forças Singulares.

Art. 136. À DIREF compete supervisionar, realizando, por intermédio dos órgãos da sua estrutura regimental, as atividades relativas: à administração financeira; à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil de todos os recursos e de qualquer natureza disponibilizados; aos contratos, convênios, instrumentos congêneres e afins, operações de crédito, acordos de compensação, financiamentos internos e externos, entre outros, no âmbito do COMAER.

CAPÍTULO IV ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 137. Ao CMTAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Ministro de Estado da Defesa, incumbe:

I - exercer o comando, a direção e a gestão da Aeronáutica;

II - orientar a elaboração e supervisionar a execução dos programas setoriais da Aeronáutica;

III - zelar pela aptidão da Força para o cumprimento de sua missão constitucional e de suas atribuições subsidiárias;

IV - propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministro de Estado da Defesa, dentro dos limites da lei:

a) a criação, ativação, desativação ou reativação, extinção, organização, denominação, localização, subordinação, transferência, transformação, funcionamento, sede de comando e área de jurisdição das OM da Aeronáutica, cujo comando, chefia ou direção seja privativo de Oficial-General; e

b) a designação de Oficial-General da reserva remunerada para o serviço ativo.

V - dispor sobre a criação, ativação, desativação ou reativação, extinção, organização, denominação, localização, subordinação, transferência, transformação, funcionamento, sede de comando e área de jurisdição das OM da Aeronáutica, cujo comando, chefia ou direção não seja privativo de Oficial-General, respeitados o efetivo fixado em lei e a dotação orçamentária alocada ao COMAER;

VI - baixar atos relacionados à gestão do pessoal militar e civil da Aeronáutica, além daqueles previstos na legislação em vigor e de acordo com as orientações do Ministro de Estado da Defesa, referentes a:

a) indicação de Oficiais-Generais para cargos e comissões permanentes no exterior;

b) designação de militar da reserva remunerada, exceto Oficial-General, para o serviço ativo;

c) transferência para a reserva remunerada de militares, exceto Oficiais-Generais;

d) estabelecimento de normas referentes à prestação de tarefa por tempo certo por militares da reserva remunerada ou reformados;

e) reinclusão de militares;

f) declaração de Aspirante a Oficial;

g) nomeação e designação de militares para cargos de comando, chefia e direção, de Oficiais de seu gabinete, para órgãos colegiados ou comissões fora da Força e demais movimentações, no âmbito de sua competência;

h) autorização de viagem de pessoal e OM do COMAER ao exterior quando os propósitos forem de adestramento, intercâmbio, conclave, simpósios, conferência, pesquisa científica, representação, ação de presença, cooperação ou estreitamento de laços de amizade com países amigos;

i) formulação, aprovação, implementação de programas de capacitação e qualificação de pessoal no exterior; e

j) autorização de participação de pessoal civil em órgãos colegiados ou grupos de trabalho fora do âmbito do COMAER, bem como em conferências, congressos, treinamento ou outros eventos similares.

VII - julgar, em última instância, recursos administrativos e disciplinares relacionados com o pessoal militar da Força;

VIII - autorizar a prorrogação do prazo para término de inquérito policial militar, na condição excepcional prevista no § 2º do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969;

IX - regulamentar os assuntos relativos ao Serviço Militar no âmbito do COMAER, exceto os de competência do Ministro de Estado da Defesa;

X - baixar atos normativos referentes à concessão de porte de armas no âmbito do COMAER, observada a legislação vigente;

XI - aprovar regulamentos do COMAER;

XII - baixar atos relativos à mobilização, no âmbito da Força, exceto os de competência do Ministro de Estado da Defesa;

XIII - definir e classificar, no âmbito do COMAER, material de emprego militar;

XIV - formular a legislação específica e aprovar normas próprias do COMAER;

XV - estabelecer, no âmbito do COMAER, a rescisão contratual, na hipótese do interesse público;

XVI - estabelecer normas referentes à realização de certames licitatórios e à declaração de acordos e atos administrativos e não administrativos, bem como autorizar sua realização no âmbito do COMAER;

XVII - autorizar a aquisição de equipamentos fabricados e entregues no exterior, para a qual os recursos financeiros tenham sido aprovados e alocados ao COMAER;

XVIII - estabelecer condições para o credenciamento de entidades consignatárias, no âmbito do COMAER;

XIX - manifestar-se sobre as tomadas de contas anuais das unidades gestoras do COMAER;

XX - celebrar e rescindir, como representante do MD nos assuntos afetos ao COMAER, convênios, termos aditivos e de ajuste, contratos, acordos e outros instrumentos de mútua cooperação;

XXI - negociar contratos referentes a operações de crédito, na forma da legislação em vigor;

XXII - designar um Tenente-Brigadeiro, do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, para exercer, interinamente, o cargo de Chefe do EMAER, no impedimento eventual do titular;

XXIII - exercer as atribuições de Autoridade Aeronáutica;

XXIV - propor ao Ministro de Estado da Defesa a fixação de valores das Tarifas de Uso das Telecomunicações Aeronáuticas e dos Auxílios à Navegação Aérea em todo o território nacional;

XXV - fixar os valores da Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea e da Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio e Visuais em Área Terminal de Tráfego Aéreo em todo o território nacional;

XXVI - aprovar os Planos Básicos de: Zona de Proteção de Aeródromos, Zoneamento de Ruído, Zona de Proteção de Helipontos e Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea e o Plano Específico de Zona de Proteção de Aeródromos; e

XXVII - estabelecer o regime jurídico das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota.

§ 1º O CMTAER poderá delegar, admitida a subdelegação, competência para a prática de atos administrativos, na forma da legislação em vigor.

§ 2º O CMTAER é membro nato do Conselho de Defesa Nacional e integra o Conselho Militar de Defesa.

Art. 138. Ao Presidente do ALTCOM, além das atribuições previstas na legislação em vigor, incumbe:

I - tomar a decisão final acerca das deliberações do ALTCOM;

II - convocar, como consultores, os Oficiais-Generais de maior grau hierárquico dos Quadros de Oficiais Engenheiros, Intendentes e Médicos, da Aeronáutica, por ocasião da elaboração das Listas de Escolha para promoção aos Postos de Oficiais-Generais dos respectivos Quadros. Para outros assuntos de interesse do ALTCOM, poderá convocar os Oficiais-Generais que entender sejam necessários;

III - convocar Oficiais da Aeronáutica e convidar Oficiais das Forças coirmãs e civis, como consultores para assuntos especializados;

IV - apresentar os assuntos que devam ser tratados nas reuniões do ALTCOM;

V - designar relatores para emitirem pareceres sobre assuntos tratados nas reuniões do ALTCOM; e

VI - determinar que sejam designados Grupos de Trabalho, atribuindo-lhes objetivos, competências e prazos.

Art. 139. Ao Presidente do CONSEFA, além das atribuições previstas na legislação em vigor, incumbe:

I - presidir e dirigir as reuniões do CONSEFA;

II - convocar os membros do Conselho ou outros Oficiais-Generais;

III - definir os assuntos que devam ser tratados nas reuniões do CONSEFA e estabelecer as linhas de ação decorrentes;

IV - determinar que sejam designados Grupos de Trabalho, atribuindo-lhes objetivos, competências e prazos;

V - estabelecer diretrizes, normas e prioridades para as atividades do CONSEFA; e

VI - aprovar o cronograma anual de trabalho do Conselho, bem como agendar reuniões extraordinárias.

Art. 140. Ao Chefe da ASOCEA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da ASOCEA;

II - assessorar, direta e imediatamente, o CMTAER, nos assuntos de sua competência;

III - aprovar planos, normas e procedimentos relativos à Vigilância da Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo; e

IV - gerenciar o Programa de Vigilância da Segurança Operacional do Serviço de Navegação Aérea.

Art. 141. Ao Chefe da ASPAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - assessorar o CMTAER nos assuntos de sua competência;

II - dirigir, coordenar e controlar os trabalhos da ASPAER, estabelecendo as diretrizes e normas necessárias ao seu funcionamento; e

III - acompanhar ou representar o CMTAER em cerimônias e atos oficiais.

Art. 142. Ao Chefe do CECOMSAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - assessorar o CMTAER no exercício das atribuições inerentes ao seu cargo;

II - dirigir, coordenar e controlar as atividades do Centro;

III - propor a política de Comunicação Social da Aeronáutica, bem como as diretrizes, planos e normas do SISCOMSAE;

IV - elaborar e apresentar ao GABAER as propostas orçamentárias anual e plurianual do Centro;

V - aprovar o Plano Setorial de Comunicação Social e demais publicações de competência do CECOMSAER;

VI - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei de Acesso à Informação, apresentando os relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

VII - orientar os Órgãos do Comando da Aeronáutica no que se refere ao cumprimento do disposto na Lei de Acesso à Informação e seus regulamentos;

VIII - exercer a função de Ordenador de Despesas do CECOMSAER; e

IX - firmar contratos, convênios, termos de parceria ou acordos de cooperação técnica no âmbito das finalidades atribuídas ao CECOMSAER.

Art. 143. Ao Chefe do CENCIAR, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades sob sua responsabilidade, expedindo orientações e normas, quando necessárias;

II - assessorar diretamente o Comandante da Aeronáutica e propor diretrizes para as políticas relativas à auditoria interna governamental, à gestão de riscos corporativos e ao estabelecimento dos controles internos da gestão;

III - propor ao Comandante da Aeronáutica a admissão e a movimentação do pessoal civil e militar de interesse do Centro de Controle Interno da Aeronáutica;

IV - coordenar a movimentação dos servidores públicos da carreira de Finanças e Controle alocados no Comando da Aeronáutica; e

V - representar o Comandante da Aeronáutica, em assuntos que dizem respeito à auditoria interna governamental, junto ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Art. 144. Ao Chefe do CIAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe supervisionar o desenvolvimento da Atividade de Inteligência no âmbito do COMAER.

Art. 145. Ao Chefe do CENIPA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades do CENIPA e dos SERIPA;

II - assessorar o CMTAER em todos os assuntos referentes à prevenção e à investigação de ocorrências aeronáuticas;

III - aprovar os programas de formação, de treinamento e de aperfeiçoamento técnico-profissional dos recursos humanos para o desempenho das atividades do SIPAER;

IV - encaminhar ao CMTAER as necessidades relativas à formação, ao treinamento e ao aperfeiçoamento técnico-profissional a serem atendidas pelo Plano de Missões de Ensino (PLAMENS) e pelo Plano de Missões Técnico-Administrativas (PLAMTAX);

V - propor ao CMTAER, o PPAA para o COMAER;

VI - presidir as Sessões Plenárias do CNPAA;

VII - coordenar a participação de autoridade estrangeira nas investigações de ocorrências aeronáuticas no Brasil, nos termos do Anexo 13 à Convenção sobre Aviação Civil Internacional e demais compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;

VIII - coordenar a participação brasileira nas investigações de ocorrências aeronáuticas no exterior, nos termos do Anexo 13 à Convenção sobre Aviação Civil Internacional e demais compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;

IX - indicar e coordenar a participação de representante do SIPAER em eventos de interesse relativos à segurança de voo;

X - orientar a elaboração das propostas orçamentárias do SIPAER;

XI - coordenar a Ação Orçamentária referente à investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos, em conformidade com a ICA 170-2, que dispõe sobre a “Proposta Orçamentária”;

XII - aprovar, coordenar e controlar a descentralização e a aplicação do crédito orçamentário dos recursos financeiros destinados às atividades de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos em favor dos órgãos de interesse do SIPAER;

XIII - propor ao CMTAER os nomes dos novos Chefes dos SERIPA; e

XIV - propor a movimentação de pessoal no âmbito do CENIPA e dos SERIPA.

Art. 146. Aos Chefes de SERIPA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do CENIPA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da OM;

II - elaborar o Programa de Trabalho Anual (PTA) da OM;

III - assessorar o Chefe do CENIPA em todos os assuntos referentes à prevenção e à investigação de acidentes aeronáuticos, de incidentes aeronáuticos e de ocorrências de solo de sua competência;

IV - encaminhar ao CENIPA as necessidades relativas a pessoal, finanças e infraestrutura para o funcionamento da OM; e

V - participar do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

Art. 147. Ao Presidente da CPO, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - presidir as reuniões da Subcomissão de Recursos da CPO;

II - dar posse, em Plenário, aos oficiais-generais designados para as funções de membros da CPO;

III - convocar os Membros Efetivos e Natos para as reuniões da CPO;

IV - estabelecer diretrizes, normas e prioridades para as atividades da CPO;

V - aprovar o Calendário Anual de Trabalho das Subcomissões da CPO;

VI - encaminhar ao CMTAER os recursos interpostos por oficiais, com os pareceres da Comissão;

VII - conduzir os processos de coronéis não numerados, encaminhando-os ao CMTAER, nos termos das legislações pertinentes;

VIII - conduzir os processos de quota compulsória de oficiais, encaminhando-os ao CMTAER, nos termos das legislações pertinentes;

IX - propor ao CMTAER as nomeações e as exonerações dos Membros Efetivos da CPO;

X - analisar a relevância de fato novo envolvendo oficial já apreciado pela CPO, mas que ainda não foi promovido ou matriculado em curso de carreira, decidindo por submetê-lo ou não à nova apreciação pela Subcomissão de Primeira Instância da CPO;

XI - estabelecer as normas para a avaliação de desempenho de oficiais da Aeronáutica; e

XII - decidir sobre o recurso interposto pelo Oficial temporário ou aspirante a Oficial temporário que se julgar prejudicado em seu direito à promoção.

Art. 148. Ao Chefe do GABAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - assegurar o assessoramento ao CMTAER no desempenho de suas atribuições;

II - secretariar as reuniões do ALTCOM;

III - dirigir os trabalhos do GABAER, estabelecendo as diretrizes e normas necessárias ao seu funcionamento;

IV - acompanhar ou representar o CMTAER em cerimônias e atos oficiais;

V - supervisionar as atividades administrativas e operacionais das Unidades Aéreas subordinadas; e

VI - coordenar com o COMPREP e o COMAE o emprego de meios aéreos no cumprimento de missões de transporte aéreo de Autoridades.

Art. 149. Ao Comandante do EDA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do GABAER, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do EDA;

II - baixar as normas internas que estabeleçam níveis de proficiência, padrões de segurança e critérios para a seleção e recrutamento;

III - manter o escalão superior informado da situação do EDA quanto a atividades e programas de trabalho, sugerindo a adoção das medidas necessárias ao seu aprimoramento;

IV - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, planos e programas oriundos dos escalões superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

V - convocar e presidir o Conselho Operacional (COp); e

VI - participar das demonstrações aéreas como líder de formação.

Art. 150. Ao Comandante do GTE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do GABAER, incumbe:

I - assegurar o cumprimento das missões atribuídas à Unidade Aérea, bem como de outras que venham a ser destinadas ao Grupo;

II - planejar, coordenar e controlar o emprego dos esquadrões que lhe são subordinados;

III - liderar a Unidade Aérea no solo e no ar;

IV - assegurar o cumprimento do Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO);

V - assegurar o cumprimento de normas, critérios, princípios e programas expedidos pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

VI - atuar como Agente Diretor e Ordenador de Despesas adotando todas as medidas de caráter administrativo necessárias ao pleno desempenho de suas atribuições legais e ao cumprimento da missão institucional da Unidade Aérea;

VII - zelar pela administração e pela instrução do pessoal da Unidade Aérea;

VIII - zelar para que as condições físicas das instalações atendam às necessidades administrativas e operacionais;

IX - manter em alto padrão a qualificação dos aeronavegantes que concorrem às escalas de voo do GTE, bem como a dos mantenedores e do pessoal de apoio;

X - assegurar o cumprimento das Normas Padrão de Ação (NPA) do Grupo; e

XI - convocar e presidir o Conselho Operacional, de Instrução e de Doutrina (COID).

Art. 151. Ao Diretor do INCAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar as atividades do INCAER;

II - normatizar, orientar e controlar as atividades do Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica (SISCULT);

III - supervisionar e controlar as atividades do Museu Aeroespacial (MUSAL);

IV - assessorar o CMTAER, mantendo-o informado sobre os assuntos relativos às atividades do INCAER;

V - participar, como membro nato, das atividades do Conselho Superior do INCAER;

VI - propor ao CMTAER o preenchimento dos cargos da estrutura organizacional do INCAER;

VII - orientar e coordenar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual;

VIII - consultar o Conselho Superior do INCAER, se pertinente, sobre as propostas de atividades culturais de interesse da aeronáutica brasileira; e

IX - orientar a elaboração do Plano Setorial do INCAER.

Art. 152. Ao Diretor do MUSAL, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor do INCAER, incumbe:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do MUSAL;
- II - supervisionar a elaboração dos planos anuais e plurianuais e encaminhá-los ao INCAER;
- III - elaborar e fazer cumprir o Programa de Trabalho Anual (PTA), de acordo com o Plano Setorial do INCAER;
- IV - obter meios para atendimento às atividades educacionais e culturais envolvendo escolas, exposições externas e eventos festivos julgados de interesse;
- V - promover eventos de divulgação da Força Aérea e da Aeronáutica brasileira;
- VI - assessorar os escalões superiores nos assuntos de patrimônio cultural da Aeronáutica;
- VII - zelar pelo cumprimento das instruções, normas, planos e programas expedidos pelos Órgãos Centrais de Sistemas do COMAER; e
- VIII - propor ao INCAER o estabelecimento de termos de parceria dentro da sua área de atuação.

Art. 153. Ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (CEMAER), além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

- I - dirigir, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas no EMAER;
- II - aprovar os atos de sua responsabilidade, previstos na legislação em vigor; e
- III - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual.

Art. 154. Ao Comandante de Operações Aeroespaciais, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

- I - orientar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades do COMAE;
- II - orientar e supervisionar o funcionamento do SISDABRA, de acordo com as normas e diretrizes operacionais vigentes;
- III - orientar e supervisionar o planejamento e a condução das operações aeroespaciais, de acordo com as diretrizes emanadas dos escalões superiores;
- IV - assessorar o CMTAER na formulação da Política de Emprego do Poder Aeroespacial;
- V - aprovar a proposta orçamentária anual, o plano de obras e o plano de metas; e
- VI - supervisionar o cumprimento das instruções, normas, planos e programas expedidos pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER e do Ministério da Defesa, na sua área de atuação.

Art. 155. Ao Comandante de Preparo, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

- I - dirigir, monitorar e avaliar os processos relacionados ao preparo dos meios de Força Aérea sob sua responsabilidade;
- II - dirigir, monitorar e avaliar os projetos setoriais do COMPREP e os projetos estratégicos do COMAER, em sua área de responsabilidade;
- III - dirigir, monitorar e avaliar os processos relacionados aos Sistemas do COMAER dos quais o COMPREP seja Órgão Central;
- IV - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da UG CRED;
- V - adjudicar meios de Força Aérea sob sua responsabilidade aos Comandos Operacionais ativados;

VI - assessorar o Comandante da Aeronáutica e o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica quanto à formulação da Estratégia, da Doutrina e dos Planos necessários ao preparo dos meios de Força Aérea sob sua responsabilidade; e

VII - zelar, na sua área de atuação, pelo cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas expedidos pelo Ministério da Defesa, pelo Comando da Aeronáutica e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER.

Art. 156. Aos Comandantes de Ala, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante de Preparo, incumbe:

I - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao preparo das Unidades Militares subordinadas, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do COMPREP e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER;

II - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao emprego das Unidades Militares subordinadas, para o cumprimento de Ações de Força Aérea e Operações Militares específicas, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do Comando Operacional que detenha o controle operacional de seus meios, adjudicados pelo COMPREP;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao suporte operacional, logístico e de segurança e defesa em apoio às Unidades Militares subordinadas ou que operem temporariamente na Ala, de acordo com as diretrizes e ordens emanadas do COMPREP e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da UG CRED; e

V - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades que envolvam as OM e frações que componham a GUARNAE sob sua responsabilidade, nos termos da Portaria nº 479/GC3, de 12 de abril de 2018, e da Portaria nº 156/GC3, de 8 de fevereiro de 2018.

Art. 157. Aos Comandantes de Unidades Aéreas (Grupos de Aviação, Esquadrões isolados e Esquadrilhas isoladas), no âmbito do COMPREP, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante de seu Comando Operacional, incumbe:

I - planejar, executar, controlar e ajustar o preparo dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens emanadas do COMPREP e da Ala a que estiver subordinada;

II - planejar, executar, controlar e ajustar o emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens específicas, quando possuir meios adjudicados a um Comando Operacional;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades operacionais, administrativas e logísticas que lhe couberem, em estrito contato com a Ala a que estiver subordinada, de acordo com as diretrizes e ordens emanadas dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER; e

IV - planejar, executar, controlar e ajustar os processos administrativos da Unidade Gestora Controle (UG CONT).

Art. 158. Ao Comandante do EAS, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante da Ala 5, incumbe:

I - planejar, executar, controlar e ajustar o preparo dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e atividades que lhe forem atribuídas conforme diretrizes, ordens e planos emanados pelo COMPREP e pela Ala 5;

II - planejar, executar, controlar e ajustar o emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens específicas, quando possuir meios adjudicados a um Comando Operacional;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades operacionais, administrativas e logísticas que lhe couberem, em estrita coordenação com a Ala 5, de acordo com as diretrizes e ordens emanadas dos Órgãos Superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER; e

IV - planejar, executar, controlar e ajustar os processos administrativos da Unidade Gestora Controle (UG CONT).

Art. 159. Ao Comandante do GITE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante da Ala 10, incumbe:

I - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relativas aos cursos de especialização de interesse do COMPREP.

Art. 160. Ao Diretor do CPBV, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante de Preparo, incumbe:

I - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades técnico-operacionais necessárias ao apoio à execução dos exercícios, campanhas, projetos e programas de ensaios, testes e experimentos de interesse, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do COMPREP e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER;

II - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao suporte operacional, logístico e de segurança e defesa em apoio às Unidades Militares que operem temporariamente na sua área de jurisdição, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do COMPREP e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao preparo e qualificação técnica para o pessoal de apoio, bem como a sua atualização e treinamento necessário ao cumprimento de suas missões específicas;

IV - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relativas à preservação da integridade da área jurisdicionada ao COMAER, sob responsabilidade do CPBV; e

V - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da UG CRED.

Art. 161. Ao Diretor do IAOp, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante às diretrizes do Comandante de Preparo, incumbe:

I - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas e técnico-operacionais do COMPREP no que diz respeito à pesquisa, desenvolvimento, avaliação e análise de tecnologias e conceitos doutrinários emergentes, bem como a gestão do conhecimento, o assessoramento nas áreas de Aplicações Operacionais e a elaboração de requisitos operacionais utilizados em contratos de aquisição de interesse do COMPREP, com vistas ao preparo e emprego dos Meios de Força Aérea;

II - incentivar estudos, atualizar procedimentos, analisar, aprovar e emitir normas, diretrizes e outros documentos necessários para aprimorar as atividades atribuídas ao IAOp;

III - promover simpósios, conferências, seminários, reuniões, convenções e exposições, nacionais e internacionais, referentes às atividades de desenvolvimento científico e tecnológico aeroespaciais, de interesse e do nível do IAOp, ou quando especificamente autorizadas;

IV - promover e manter intercâmbio de informações técnico-científicas com instituições nacionais e estrangeiras dedicadas às atividades de desenvolvimento científico e

tecnológico aeroespacial, de ensino e pesquisa, em coordenação com o COMPREP, DCTA e demais órgãos do governo responsáveis pelo assunto, quando assim determinado; e

V - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da Unidade Gestora Credora (UG CRED).

Art. 162. Ao Comandante da 1ª BDAAE além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante de Preparo, incumbe:

I - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao preparo das UDAAE subordinadas, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do COMPREP e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER;

II - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao emprego das UDAAE subordinadas, para o cumprimento de ações de Força Aérea e Operações Militares específicas, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do Comando Operacional que detenha o controle operacional de seus meios, adjudicados pelo COMPREP;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas, logísticas e operacionais, de forma direta ou indireta, relacionadas ao funcionamento próprio e em apoio às UDAAE subordinadas, de acordo com as diretrizes e ordens emanadas dos Órgãos Superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER; e

IV - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da UG CRED.

Art. 163. Aos Comandantes dos GDAAE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante da BDAAE, incumbe:

I - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao preparo dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens emanadas do COMPREP e da BDAAE;

II - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens específicas, quando possuir meios adjudicados a um Comando Operacional;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades operacionais, administrativas e logísticas que lhe couberem, em estrito contato com a BDAAE, de acordo com as diretrizes, planos e ordens emanadas dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER; e

IV - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da UG CONT.

Art. 164. Ao Comandante-Geral de Apoio, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do COMGAP;

II - assessorar o CMTAER na formulação da Política referente ao apoio logístico de material, patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos, visando à consecução dos objetivos estabelecidos na Política da Aeronáutica;

III - zelar pelo cumprimento, na sua área de atuação, das instruções, normas, planos e programas expedidos pelos órgãos centrais de sistemas do COMAER e do Ministério da Defesa;

IV - propor o reacomplacimento e a movimentação de pessoal no âmbito do COMGAP e das organizações subordinadas;

V - coordenar a elaboração da proposta orçamentária, do plano de obras e do plano de metas para atender às demandas das OM subordinadas;

VI - coordenar a elaboração do Plano Setorial do COMGAP, o qual será a base para orientar a elaboração dos Programas de Trabalho das OM subordinadas;

VII - expedir diretrizes, instruções e normas às OM subordinadas, objetivando a eficiência operacional, técnica e administrativa;

VIII - aprovar protocolos, convênios, contratos, acordos, ajustes, termos aditivos e outros instrumentos jurídicos de interesse do COMGAP, ou quando especificamente autorizado;

IX - constituir comissões internas de acompanhamento e recebimento de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos jurídicos em execução no COMGAP; e

X - aprovar demais atos de sua responsabilidade previstos na legislação em vigor.

Art. 165. Ao Comandante da Base Aérea de São Paulo, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da BASP;

II - assessorar o Comandante do COMGAP nos assuntos relativos à BASP;

III - manter o Comandante do COMGAP informado da situação da BASP, das suas atividades e programas de trabalho;

IV - aprovar os planos, projetos e programas, bem como as normas, critérios e princípios, para as atividades da área de atuação da BASP;

V - orientar a elaboração e a consolidação das propostas orçamentárias anuais e plurianuais da BASP;

VI - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos do COMAER; e

VII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal no âmbito da BASP.

Art. 166. Ao Diretor do CECAT, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante às diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, incumbe:

I - dirigir, orientar, coordenar e controlar o CECAT nas ações pertinentes ao cumprimento de suas tarefas, bem como nas atividades técnicas e gerenciais;

II - propor ao COMGAP diretrizes, normas, instruções e estudos necessários ao funcionamento do SISCAE;

III - gerenciar as atividades do SISCAE de acordo com as normas estabelecidas no SISMICAT;

IV - aprovar normas e instruções relativas ao funcionamento do CECAT;

V - submeter, anualmente, ao COMGAP a previsão de recursos financeiros e materiais, necessários ao pleno funcionamento do CECAT;

VI - propor ao COMGAP as modificações na Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) necessárias ao funcionamento do CECAT;

VII - emitir as orientações técnicas referentes ao funcionamento do SISCAE;

VIII - participar, como representante do COMAER, das reuniões da Comissão de Coordenação do SISMICAT;

IX - representar o COMAER, no que diz respeito a assuntos ligados à catalogação, junto ao CECAFA, às demais Forças Armadas, a Órgãos Públicos e Privados e a Entidades Internacionais; e

X - propor o complemento e a movimentação de pessoal no âmbito do CECAT.

Art. 167. Ao Diretor do CELOG, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do CELOG;

II - assinar contratos, acordos ou obrigações para a compra de material ou para prestação de serviços de interesse do COMAER;

III - zelar pelo cumprimento de diretrizes, normas, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais de sistemas do COMAER;

IV - orientar a elaboração e encaminhar as propostas orçamentárias anual e plurianual de competência do CELOG;

V - propor ao COMGAP a expedição de atos administrativos que, por natureza, transcendam o âmbito do Centro e sejam necessários ao cumprimento de sua missão;

VI - proceder às coordenações e aos entendimentos necessários aos trabalhos de responsabilidade do CELOG;

VII - proceder a visitas de caráter técnico-comercial em empresas comerciais e industriais;

VIII - manter ligações e contatos com outros órgãos que exerçam atividades afins, visando ao intercâmbio de conhecimentos técnico-profissionais;

IX - manter ligações e contatos com a DIRMAB, a fim de identificar as necessidades de nacionalização de itens e realizar as análises de desempenho do material aeroespacial de emprego militar e bélico; e

X - assessorar o Comandante-Geral de Apoio quando da assinatura de contratos, ajustes, acordos ou obrigações para a compra de material ou para a prestação de serviços necessários.

Art. 168. Ao Diretor do CTLA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor do CELOG, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do CTLA;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais e plurianuais do CTLA;

III - assessorar o Diretor do CELOG nos assuntos relacionados ao Sistema de Despacho Aduaneiro da Aeronáutica, ao Sistema do Correio Aéreo Nacional e ao Transporte Logístico Multimodal;

IV - manter o CELOG informado quanto à situação das atividades e programas de trabalho do CTLA, propondo a adoção das medidas julgadas necessárias ao seu funcionamento; e

V - propor o complemento e a movimentação de pessoal no âmbito do CTLA.

Art. 169. Aos Chefes de Comissão Aeronáutica Brasileira no exterior, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor do CELOG, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da Comissão;

II - submeter ao CELOG as propostas de expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam o âmbito da Comissão Aeronáutica Brasileira no exterior e sejam necessários ao seu funcionamento;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

IV - assinar contratos, convênios, ajustes, acordos e outros documentos de sua competência;

V - promover visitas de caráter técnico e comercial às empresas de interesse, em sua área de atuação;

VI - coordenar ações voltadas à obtenção de informações técnico-científicas e ao acompanhamento da evolução tecnológica dos materiais e equipamentos de interesse das Forças Armadas, bem como divulgar as Forças Armadas e a indústria brasileira de material de defesa, na medida de suas possibilidades e esfera de atuação; e

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual.

Art. 170. Ao Diretor da DIRINFRA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, incumbe:

I - dirigir, normatizar, coordenar e controlar as atividades da DIRINFRA e dos Sistemas Organizacionais sob sua responsabilidade de gestão;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, instruções, requisitos, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

IV - firmar contratos, convênios e acordos com organizações congêneres civis e militares, relacionados a assuntos de sua área de atribuição;

V - prestar assessoria aos órgãos competentes quanto à movimentação dos Oficiais Engenheiros, atuantes nos sistemas sob sua responsabilidade de gestão, no âmbito do COMAER; e

VI - orientar as atividades das Organizações Militares subordinadas à DIRINFRA.

Art. 171. Ao Chefe do CEPE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRINFRA, incumbe:

I - gerenciar, coordenar e controlar as atividades atribuídas ao CEPE;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do CEPE e encaminhá-las à UGE apoiadora para compatibilização;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

IV - manter o Diretor da DIRINFRA informado das atividades e dos programas de trabalho desenvolvidos no CEPE, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

V - promover a atualização técnica de seu pessoal; e

VI - propor o reacompanhamento e a movimentação de pessoal para o CEPE.

Art. 172. Ao Presidente da COMARA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRINFRA, incumbe realizar a supervisão e a coordenação geral das atividades a cargo da COMARA.

Art. 173. Ao Diretor da DIRMAB, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades de cada componente da estrutura da DIRMAB;

II - assegurar, no âmbito do SISMAB, o fiel cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas emanados dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos demais sistemas do COMAER;

III - aprovar e efetivar normas, instruções e ordens técnicas necessárias ao funcionamento do SISMAB;

IV - assinar as Declarações de Usuário Final (*End-User*) dos materiais importados aplicados no SISMAB, sempre que necessário;

V - assessorar o COMGAP quanto a questões estratégicas e administrativas no âmbito do SISMAB que, por sua natureza, transcendam o âmbito da Diretoria e sejam necessários para sua organização ou para o cumprimento de suas atribuições;

VI - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa da área sob sua jurisdição;

VII - aprovar o PTA da DIRMAB e de suas OM subordinadas, bem como as propostas orçamentárias anuais e plurianuais no âmbito do SISMAB;

VIII - orientar e priorizar a aplicação dos recursos orçamentários previstos e recebidos, de acordo com as diretrizes emanadas dos órgãos superiores e visando a otimizar a efetividade da aplicação destes recursos no preparo e no emprego da FAB; e

IX - dar solução aos processos administrativos e disciplinares, recursos, pedidos de reconsideração e de revisão, e outros atos jurídicos, relacionados à decisão ou manifestação do Diretor da DIRMAB.

Art. 174. Aos Diretores de PAMA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRMAB, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades de cada órgão constitutivo do PAMA;

II - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

III - baixar normas e instruções necessárias aos trabalhos a serem executados;

IV - submeter à DIRMAB as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do PAMA e sejam necessários ao seu funcionamento e sua organização;

V - promover a execução das medidas que visem à Segurança e Defesa da área sob jurisdição do PAMA e das demais áreas que lhe forem cometidas; e

VI - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual.

Art. 175. Ao Diretor do PAMB, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRMAB, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do PAMB;

II - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

III - baixar normas e instruções necessárias aos trabalhos a serem executados;

IV - submeter à DIRMAB as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do PAMB e sejam necessários ao seu funcionamento e organização;

V - promover a execução das medidas que visem à segurança da área sob jurisdição do PAMB e das demais áreas que lhes forem cometidas; e

VI - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual.

Art. 176. Ao Diretor da DTI, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, incumbe:

I - dirigir, coordenar, normatizar, planejar e controlar as atividades da DTI;

II - assessorar o EMAER e o Conselho Diretivo de TI (CONTI), quando solicitado, por intermédio do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (COMEX-TI),

na formulação de planos correlatos a TI, visando à consecução dos objetivos estabelecidos no âmbito do COMAER;

III - assessorar os escalões superiores nos assuntos relativos ao STI;

IV - zelar pelo cumprimento das instruções, normas, planos e programas expedidos pelos Órgãos Centrais de Sistemas do COMAER;

V - aprovar contratos e convênios de suas Organizações subordinadas;

VI - propor, por intermédio da cadeia de comando, o estabelecimento de contratos, convênios, acordos e termos de parceria com organizações congêneres civis e militares, relacionados a assuntos de sua área de atribuição;

VII - prestar assessoria aos órgãos competentes quanto à movimentação do pessoal da área de TI do COMAER, atuante no STI;

VIII - propor, por intermédio da cadeia de comando, o reacomplacamento e a movimentação de pessoal no âmbito da DTI e das Organizações subordinadas; e

IX - orientar as atividades das Organizações Militares subordinadas à DTI.

Art. 177. Aos Chefes dos CCA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor do DTI, incumbe:

I - dirigir, planejar, coordenar e controlar as atividades dos CCA;

II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, planos e programas de trabalho oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

III - manter o escalão superior informado da situação dos CCA quanto às suas atividades e programas de trabalho, sugerindo a adoção de medidas julgadas necessárias ao seu aprimoramento;

IV - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual dos CCA; e

V - propor o reacomplacamento e a movimentação de pessoal para os CCA.

Art. 178. Ao Diretor do ILA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do ILA;

II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios e princípios, bem como pela execução dos planos e programas provenientes dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

III - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do Instituto;

IV - apresentar proposta de currículo mínimo relativo a cada curso ou estágio ministrado no âmbito do COMGAP;

V - aprovar o Plano de Avaliação do ILA;

VI - presidir reuniões do Conselho de Ensino; e

VII - propor intercâmbios com órgãos de ensino e pesquisa, públicos e privados, com o objetivo de aperfeiçoar a Logística sob gestão do COMGAP.

Art. 179. Ao Chefe da MTAB-Assunção, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do COMGAP, incumbe:

I - gerenciar as atividades da MTAB-Assunção;

II - zelar pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas no Acordo nº 55, de 10 de março de 1982, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai;

III - responsabilizar-se, no país-sede, pelas assessorias prestadas à Força Aérea Paraguaia e à Direção Nacional de Aviação Civil;

IV - observar a legislação paraguaia ao contratar pessoal necessário à MTAB-Assunção;

V - manter estreito relacionamento com a Força Aérea, Escolas de Formação e outros órgãos governamentais paraguaios que recebam assessoria da MTAB-Assunção;

VI - zelar, no âmbito de sua organização, pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

VII - orientar a elaboração e encaminhar as propostas orçamentárias anual e plurianual, de interesse da MTAB-Assunção;

VIII - administrar os recursos financeiros alocados à MTAB-Assunção; e

IX - submeter ao Comandante-Geral de Apoio propostas de expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam a competência da MTAB-Assunção e que sejam necessários ao seu funcionamento.

Art. 180. Ao Comandante-Geral do Pessoal, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades dos órgãos constitutivos do COMGEP;

II - assessorar o CMTAER na formulação da Política de Pessoal;

III - supervisionar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades das organizações subordinadas;

IV - assegurar o cumprimento das doutrinas, normas, regulamentações, planos e programas relacionados com a Política de Pessoal do COMAER;

V - assessorar o CMTAER, mantendo-o informado sobre os assuntos relativos a pessoal;

VI - orientar a elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual do COMGEP, organizando e consolidando as necessidades das organizações subordinadas; e

VII - aprovar os atos de sua responsabilidade previstos na legislação em vigor.

Art. 181. Ao Diretor do CENDOC, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, incumbe:

I - gerenciar as atividades dos setores subordinados;

II - zelar, no âmbito de sua organização, pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

III - manter o COMGEP informado da situação do CENDOC quanto às suas atividades e programas de trabalho, sugerindo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

IV - planejar, coordenar e controlar cursos e visitas técnicas às diversas organizações do COMAER, na sua área de competência;

V - propor o complemento e a movimentação de pessoal para o CENDOC; e

VI - orientar as atividades da OM subordinada.

Art. 182. Ao Chefe do SEGECAE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do CENDOC, incumbe:

I - dirigir as atividades do SEGECAE;

II - elaborar as propostas orçamentárias anual e plurianual, o Programa de Trabalho Anual, o Relatório Anual de Atividades do SEGECAE e o Programa de Visitas de Assistência Técnica quanto ao trâmite de documentos oficiais, ao trato documental e ao arquivamento;

III - propor critérios e normas relativos às atividades desenvolvidas, sugerindo as medidas necessárias ao seu aprimoramento qualitativo; e

IV - avaliar metodologias e técnicas que tratem da Gestão Documental e do Gerenciamento do Conhecimento Documental, visando a assessorar o chefe do CENDOC na aplicabilidade desses recursos.

Art. 183. Ao Presidente da CDA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, incumbe:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da CDA;
- II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual da CDA e encaminhá-las ao COMGEP;
- III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, planos e programas de trabalho oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;
- IV - manter o escalão superior informado das atividades da CDA, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento; e
- V - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para a CDA.

Art. 184. Ao Diretor da DIRAP, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, incumbe:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da DIRAP;
- II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, planos e programas emanados de órgãos superiores, dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER e do Sistema de Pessoal Civil da União;
- III - propor normas, critérios e princípios sobre assuntos relativos à esfera de competência da DIRAP;
- IV - baixar, no que lhe compete, os atos administrativos relativos ao pessoal militar e civil do COMAER;
- V - submeter as propostas orçamentárias, anual e plurianual, de plano de obras e de outros planos e programas de interesse da DIRAP e dos SEREP à apreciação do COMGEP; e
- VI - assessorar o Comandante-Geral do Pessoal nos assuntos relativos à administração do pessoal do COMAER.

Art. 185. Aos Chefes de SEREP, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRAP, incumbe:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da OM;
- II - elaborar o Programa de Trabalho Anual (PTA) da OM;
- III - assessorar o Diretor da DIRAP em todos os assuntos referentes à administração de pessoal (oficiais convocados, sargentos convocados, cabos, soldados e taifeiros), ao recrutamento de pessoal para o serviço militar, aos assuntos afetos à mobilização de pessoal, à adaptação ao serviço militar e aos processos seletivos para ingresso na FAB; e
- IV - encaminhar à DIRAP as necessidades relativas a pessoal, finanças e infraestrutura para o funcionamento da OM.

Art. 186. Ao Diretor da DIRENS, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, incumbe:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades atribuídas à Organização;
- II - assessorar o Comandante-Geral do Pessoal na formulação da Política de Pessoal da Aeronáutica com ênfase no Ensino;
- III - estabelecer a estratégia para a consecução da Política de Ensino;
- IV - zelar pelo cumprimento das normas oriundas dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

V - elaborar e aprovar os planos, as propostas e os programas desenvolvidos na DIRENS;

VI - supervisionar, coordenar e inspecionar a execução das atividades das Organizações de Ensino (OE) subordinadas, bem como das escolas de educação básica, em caráter assistencial e supletivo;

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual;

VIII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal no âmbito da DIRENS e das OE subordinadas;

IX - propor convênios, contratos ou outras formas de intercâmbio ou cooperação de interesse da DIRENS;

X - articular ações para melhoria do ensino no SISTENS com organizações do COMAER;

XI - convocar e presidir as comissões, juntas e conselhos instituídos;

XII - aprovar disposições relativas a exames de admissão e de seleção, cursos, estágios, exames de suficiência, currículos, planos de avaliação e demais atividades na área de competência da DIRENS;

XIII - emitir ordem de matrícula em curso e estágio destinado à incorporação de pessoal no COMAER, derivado de exame de admissão ou de seleção; e

XIV - orientar a seleção e a qualificação do pessoal em atividade na área de ensino do COMAER.

Art. 187. Ao Comandante da AFA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRENS, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades atribuídas à Organização;

II - aprovar, no seu nível de competência, os planos e os programas relativos ao ensino e às demais atividades a serem desenvolvidas na AFA;

III - imprimir ao ensino ministrado na AFA as orientações doutrinárias emanadas do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER);

IV - matricular nos cursos e estágios, por determinação da DIRENS:

a) os candidatos selecionados em Exames de Admissão e de Seleção;

b) os alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar considerados aptos para matrícula no 1º Ano do CFOAv, dentro do número de vagas fixado pela DIRENS;

c) os militares de Nações Amigas; e

d) os militares das demais Forças Singulares.

V - incluir no efetivo os alunos de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” do inciso IV;

VI - aprovar, promover, diplomar, emitir certificado, desligar e excluir os cadetes e alunos matriculados nos cursos e estágios realizados na AFA, de acordo com as normas em vigor;

VII - convocar e presidir as Comissões e os Conselhos constituídos;

VIII - designar e preparar os instrutores de voo do seu efetivo;

IX - fiscalizar o cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas de trabalho oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas em vigor no COMAER;

X - manter o Diretor de Ensino informado da situação da AFA quanto às atividades correntes e ao cumprimento de sua missão, sugerindo a adoção das medidas necessárias ao seu aprimoramento;

XI - baixar atos administrativos para o planejamento e a execução dos trabalhos no âmbito da AFA, de acordo com a competência prevista neste Regulamento ou que lhe venha a ser delegada; e

XII - estabelecer e fazer cumprir as normas relativas à segurança e defesa da área patrimonial e instalações sob sua jurisdição.

Art. 188. Ao Comandante do CIAAR, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRENS, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades atribuídas à Organização;

II - baixar atos administrativos para o planejamento e execução dos trabalhos no âmbito do CIAAR, de acordo com a competência prevista neste regulamento ou que lhe venha a ser delegada;

III - aprovar, no seu nível de competência, os planos e programas relativos ao ensino e demais atividades a serem desenvolvidas no âmbito do CIAAR;

IV - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas de trabalho oriundos dos escalões superiores e Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

V - convocar e presidir as Comissões e Conselhos constituídos;

VI - imprimir ao ensino ministrado no CIAAR a orientação doutrinária emanada do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER);

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual;

VIII - matricular os candidatos aprovados e selecionados nos processos de admissão e seleção aos cursos e estágios do CIAAR e incluí-los no seu efetivo, de acordo com as normas em vigor;

IX - matricular outros militares, brasileiros ou estrangeiros, ou outros alunos, quando autorizados, nos cursos e estágios do CIAAR;

X - aprovar, diplomar, emitir certificados, desligar e excluir os alunos ou estagiários matriculados nos cursos e estágios ministrados no CIAAR, de acordo com as normas em vigor;

XI - indicar instrutores, quando não pertencerem ao seu efetivo, para os cursos e estágios ministrados pelo CIAAR;

XII - manter o escalão superior informado da situação do CIAAR quanto às atividades e ao programa de trabalho, sugerindo a adoção de medidas julgadas necessárias ao seu aprimoramento;

XIII - estabelecer e fazer cumprir as normas relativas à segurança e defesa da área sob sua jurisdição; e

XIV - estabelecer normas disciplinares aplicáveis aos alunos e estagiários do CIAAR.

Art. 189. Ao Comandante da EEAR, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRENS, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades atribuídas à EEAR;

II - baixar atos administrativos para o planejamento e a execução dos trabalhos no âmbito da EEAR, de acordo com a competência prevista em seu Regulamento ou que lhe venha a ser delegada;

III - aprovar, no seu nível de competência, os planos e os programas relativos ao ensino e às demais atividades a serem desenvolvidas na EEAR;

IV - imprimir ao ensino ministrado na EEAR a orientação doutrinária emanada do EMAER;

V - convocar e presidir as Comissões e os Conselhos constituídos;

VI - matricular os candidatos aprovados e selecionados nos exames de admissão e seleção aos cursos e estágios da EEAR e incluí-los no seu efetivo;

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual da EEAR;

VIII - matricular outros militares, brasileiros ou estrangeiros, ou outros alunos, quando autorizados, nos cursos ou estágios da EEAR;

IX - aprovar, diplomar, emitir certificado, desligar e excluir os matriculados nos cursos e estágios ministrados na EEAR, de acordo com as normas em vigor;

X - indicar e designar instrutores para os cursos e estágios ministrados na EEAR;

XI - fiscalizar o cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas de trabalho oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

XII - manter o escalão superior informado da situação da EEAR quanto às atividades e programas de trabalho, sugerindo a adoção de medidas julgadas necessárias ao seu aprimoramento; e

XIII - estabelecer e fazer cumprir as normas relativas à segurança e defesa da área sob sua jurisdição.

Art. 190. Ao Comandante da EPCAR, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRENS, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades atribuídas à Organização;

II - baixar os atos administrativos para o planejamento e a execução dos trabalhos no âmbito da EPCAR, de acordo com a competência prevista neste Regulamento, ou que lhe venha a ser delegada;

III - aprovar, no seu nível de competência, os planos e os programas relativos ao ensino e às demais atividades a serem desenvolvidas na EPCAR;

IV - encaminhar à DIRENS a proposta das Instruções Específicas para Exames de Admissão e Seleção;

V - imprimir ao ensino ministrado na EPCAR a orientação doutrinária emanada do EMAER;

VI - matricular e incluir no efetivo, por determinação da DIRENS, os candidatos selecionados em Exames de Admissão e Seleção;

VII - aprovar, diplomar, emitir certificado, desligar ou excluir os alunos matriculados no Curso Preparatório de Cadetes do Ar, de acordo com as normas em vigor;

VIII - encaminhar à DIRENS e à AFA, ao final de cada ano letivo, a relação dos alunos do CPCAR aptos para matrícula nos Cursos de Formação da AFA;

IX - convocar e presidir as Comissões e os Conselhos constituídos;

X - designar instrutores para o Curso Preparatório de Cadetes do Ar;

XI - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual da EPCAR;

XII - fiscalizar o cumprimento das diretrizes, das instruções, das normas, dos planos e dos programas de trabalho oriundos dos escalões superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

XIII - manter o escalão superior informado da situação da organização quanto às atividades e ao programa de trabalho, sugerindo a adoção de medidas necessárias ao seu aprimoramento;

XIV - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para a EPCAR;

XV - estabelecer requisitos essenciais para o desempenho das funções de Instrutor; e

XVI - estabelecer e fazer cumprir normas relativas à segurança e defesa da área sob sua jurisdição.

Art. 191. Ao Comandante da UNIFA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRENS, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar todas as atividades atribuídas à Universidade e OE subordinadas;

II - zelar pela preservação da memória e dos segmentos arquitetônicos sediados no *campus* da UNIFA;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - promover e firmar, no seu nível de competência, intercâmbios, contratos, acordos, convênios e outros instrumentos legais necessários à adequada capacitação dos diversos setores da UNIFA e OE subordinadas;

V - aprovar normas, planos, regulamentos e documentos de ensino dos programas de pós-graduação, cursos e estágios desenvolvidos na Universidade e OE subordinadas;

VI - manter o escalão superior informado quanto ao cumprimento das atividades previstas no Programa de Trabalho Anual;

VII - estabelecer e fazer cumprir as normas relativas à segurança e defesa da área sob sua jurisdição;

VIII - convocar e presidir as reuniões das comissões e conselhos constituídos;

IX - zelar pela manutenção e pela conservação das instalações;

X - orientar a elaboração das propostas orçamentárias, anual e plurianual, da UNIFA e OE subordinadas;

XI - prover os meios necessários ao desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária da UNIFA e OE subordinadas;

XII - submeter à apreciação do Diretor da DIRENS as propostas de criação, modificação, desativação ou extinção de programas de pós-graduação, cursos e estágios ministrados pela UNIFA e OE subordinadas;

XIII - promover a integração entre programas e projetos da UNIFA, OE subordinadas, organizações militares sediadas no *campus* e outros órgãos do COMAER para o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária desenvolvidas na Universidade;

XIV - praticar os atos administrativos requeridos para a seleção e contratação de docentes;

XV - praticar os atos administrativos requeridos para a matrícula, conclusão, desligamento, concessão de diplomas, certificados e outros documentos relativos aos programas de pós-graduação, cursos e estágios ministrados pela UNIFA e OE subordinadas;

XVI - propor o reacompanhamento e a movimentação de pessoal para a UNIFA e OE subordinadas;

XVII - deliberar sobre a lotação, distribuição e movimentação dos servidores públicos civis regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na estrutura regimental da UNIFA e OE subordinadas;

XVIII - elaborar, editar, aprovar e atualizar, na sua esfera de competência, atos, normas, publicações, planos e programas administrativos previstos na legislação em vigor; e

XIX - criar, ativar e designar assessorias, comissões, comitês, conselhos e grupos de trabalho destinados ao assessoramento e às deliberações de competência da UNIFA e OE subordinadas.

Art. 192. Ao Comandante da EAOAR, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante da UNIFA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades atribuídas à Organização;

II - aprovar atos administrativos para o planejamento e a execução dos trabalhos no âmbito da EAOAR;

III - aprovar, no seu nível de competência, os planos e programas desenvolvidos na EAOAR;

IV - imprimir ao ensino ministrado na EAOAR a orientação doutrinária emanada do EMAER;

V - zelar, no âmbito da Organização, pelo cumprimento das instruções, ordens, diretrizes, normas, planos e programas de trabalho oriundos da UNIFA e dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

VI - matricular, quando autorizado, excluir e desligar os alunos, oficiais ou civis, brasileiros ou estrangeiros, dos respectivos cursos e estágios, de acordo com as normas em vigor;

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual;

VIII - convocar e presidir as Comissões e os Conselhos constituídos;

IX - estabelecer e fazer cumprir as normas relativas à segurança e defesa no âmbito da EAOAR;

X - propor ao Comandante da UNIFA a expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam a competência da EAOAR e sejam necessários ao seu funcionamento; e

XI - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para a EAOAR.

Art. 193. Ao Comandante da ECEMAR, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante da UNIFA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades atribuídas à Organização;

II - aprovar atos administrativos para o planejamento e a execução dos trabalhos no âmbito da ECEMAR;

III - aprovar, no seu nível de competência, os planos e programas desenvolvidos na ECEMAR;

IV - imprimir ao ensino ministrado na ECEMAR a orientação doutrinária emanada do EMAER;

V - zelar, no âmbito da Organização, pelo cumprimento das instruções, ordens, diretrizes, normas, planos e programas de trabalho oriundos da UNIFA e dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

VI - matricular, quando autorizado, excluir e desligar os alunos, oficiais ou civis, brasileiros ou estrangeiros, dos respectivos cursos e estágios, de acordo com as normas em vigor;

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual;

VIII - convocar e presidir as Comissões e os Conselhos constituídos;

IX - estabelecer e fazer cumprir as normas relativas à segurança e defesa no âmbito da ECEMAR;

X - propor ao Comandante da UNIFA a expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam a competência da ECEMAR e sejam necessários ao seu funcionamento; e

XI - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para a ECEMAR.

Art. 194. Ao Diretor da DIRSA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades dos setores constitutivos da DIRSA;

II - planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades das Organizações do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU);

III - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual da DIRSA e a compatibilização das propostas das Organizações subordinadas, encaminhando-as ao COMGEP;

IV - zelar, no âmbito de sua organização, pela execução de planos e programas, bem como pelo cumprimento de diretrizes, normas e critérios oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

V - propor ao Comandante-Geral do Pessoal a movimentação dos oficiais dos quadros de saúde lotados na área do SISAU;

VI - planejar e controlar a aplicação dos recursos financeiros alocados à DIRSA;

VII - propor a lotação e o efetivo de pessoal militar e civil da DIRSA;

VIII - manter o Comandante-Geral do Pessoal informado da situação do SISAU quanto às suas atividades e programas de trabalho, assessorando-o nos assuntos de sua área de atuação;

IX - aprovar os atos de sua competência previstos na legislação em vigor; e

X - propor contratos, convênios e acordos com organizações congêneres, estranhas ao COMAER, nos assuntos relacionados com sua área de atuação.

Art. 195. Ao Diretor da CGABEG, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, incumbe:

I - gerenciar as atividades desenvolvidas pela CGABEG;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual da CGABEG e encaminhá-las à DIRSA para compatibilização;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - manter o Diretor da DIRSA informado das atividades e do programa de trabalho desenvolvidos pela CGABEG, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

V - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área;

VI - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas à CGABEG; e

VII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para a CGABEG.

Art. 196. Ao Diretor do CEMAL, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, incumbe:

I - gerenciar as atividades desenvolvidas pelo CEMAL;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do CEMAL e encaminhá-las à DIRSA para compatibilização;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - manter o Diretor da DIRSA informado das atividades e do programa de trabalho desenvolvidos pelo CEMAL, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

V - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área;

VI - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas ao CEMAL; e

VII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o CEMAL.

Art. 197. Aos Diretores de Hospitais de Área da Aeronáutica, Hospital Central e Hospitais de Força Aérea, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, incumbe:

- I - gerenciar as atividades desenvolvidas pelo Hospital;
- II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias, anual e plurianual do Hospital e encaminhá-las à DIRSA para compatibilização;
- III - zelar, no âmbito de sua organização, pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;
- IV - informar, periodicamente, o Diretor da DIRSA sobre o andamento do Programa de Trabalho e atividades desenvolvidas nos Hospitais da Aeronáutica, propondo, no que couber, as medidas necessárias ao seu aprimoramento;
- V - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área;
- VI - propor convênios e contratos com entidades civis, objetivando a complementação da assistência médico-hospitalar, farmacêutica e odontológica;
- VII - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas ao Hospital; e
- VIII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para o Hospital.

Art. 198. Ao Diretor do IMAE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, incumbe:

- I - gerenciar as atividades atribuídas ao IMAE;
- II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do IMAE e encaminhá-las à DIRSA para compatibilização;
- III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;
- IV - manter o Diretor da DIRSA informado das atividades e dos programas de trabalho desenvolvidos no IMAE, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;
- V - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área;
- VI - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas ao IMAE; e
- VII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para o IMAE.

Art. 199. Ao Diretor do LAQFA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, incumbe:

- I - gerenciar as atividades desenvolvidas pelo LAQFA;
- II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do LAQFA e encaminhá-las à DIRSA para compatibilização;
- III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;
- IV - manter o Diretor da DIRSA informado das atividades e do programa de trabalho desenvolvidos pelo LAQFA, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;
- V - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área;
- VI - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas ao LAQFA; e

VII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o LAQFA.

Art. 200. Aos Diretores de Odontoclínicas de Aeronáutica, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, incumbe:

- I - gerenciar as atividades desenvolvidas pelas Odontoclínicas de Aeronáutica;
- II - orientar a elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual das Odontoclínicas de Aeronáutica e encaminhá-la à DIRSA para compatibilização;
- III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;
- IV - manter o Diretor da DIRSA informado das atividades e do programa de trabalho desenvolvido pelas Odontoclínicas de Aeronáutica, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;
- V - promover o intercâmbio cultural e científico com as organizações congêneres da área;
- VI - propor convênios e contratos com entidades civis, objetivando a complementação de assistência odontológica;
- VII - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas às Odontoclínicas de Aeronáutica; e
- VIII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para as Odontoclínicas de Aeronáutica.

Art. 201. Ao Diretor do IPA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, incumbe:

- I - orientar, coordenar e controlar as atividades do IPA e do Sistema de Psicologia da Aeronáutica (SISPA), adequando-as às políticas do COMAER;
- II - convocar o Conselho Técnico Superior (CONSUP);
- III - promover o intercâmbio com organizações afins, civis e militares, no País e no exterior, e com os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, objetivando a divulgação das atividades realizadas pelo SISPA e a atualização técnico-especializada de seus integrantes;
- IV - promover e divulgar pesquisas de interesse para o COMAER no campo da Psicologia;
- V - fomentar a divulgação de conhecimento técnico-especializado por meio da apresentação de trabalhos em congressos, seminários, cursos e publicações;
- VI - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o IPA; e
- VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual.

Art. 202. Ao Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DGCTA), além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do DCTA;
- II - assessorar o CMTAER na formulação das políticas do COMAER voltadas para a área de ciência, tecnologia e inovação;
- III - manter representante da Aeronáutica no Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, visando à contribuição na formulação da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais;
- IV - aprovar, quando de sua competência, planos, programas e projetos, bem como diretrizes, instruções, normas, portarias e outros documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades atribuídas ao DCTA e OM subordinadas;

V - orientar a elaboração do Plano de Gestão do DCTA e encaminhá-lo ao EMAER;

VI - orientar a elaboração e a consolidação das propostas orçamentárias anuais e plurianuais do DCTA e OM subordinadas;

VII - orientar, supervisionar e decidir sobre a admissão, a formação e o aperfeiçoamento, no País e no exterior, dos recursos humanos necessários ao funcionamento do DCTA e OM subordinadas;

VIII - aprovar protocolos, convênios, contratos, acordos, ajustes, termos aditivos e outros instrumentos jurídicos de interesse do DCTA, ou quando especificamente autorizado;

IX - supervisionar a participação dos representantes do DCTA e OM subordinadas nos Conselhos e Comissões de organizações governamentais, ou de empresas do setor aeroespacial;

X - constituir comissões internas de acompanhamento e recebimento de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos jurídicos em execução no DCTA;

XI - constituir comissões e grupos de trabalho internos formados para o desenvolvimento de assuntos técnicos e administrativos de interesse do DCTA; e

XII - propor o reacompanhamento e a movimentação de pessoal no âmbito do DCTA e OM subordinadas.

Art. 203. Aos Diretores de Centros de Lançamento (CL), além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do CL;

II - convocar e presidir o Conselho Técnico Operacional, podendo solicitar o assessoramento de pessoal especializado que julgar essencial à elucidação de problemas operacionais;

III - assegurar a manutenção da integridade patrimonial do CL;

IV - zelar pela execução das ações que visem à segurança e à proteção ambiental na área de jurisdição do CL, adotando medidas necessárias à preservação do domínio do COMAER sobre toda sua extensão;

V - estabelecer um padrão de gestão para os serviços prestados pelos CL, que permita a obtenção e a manutenção de certificações de sistemas de gestão da qualidade ou outro, e que seja reconhecido nacional e internacionalmente;

VI - zelar pelo cumprimento dos compromissos previstos nos diversos convênios e contratos firmados pelo COMAER, referentes ao CL;

VII - assegurar o intercâmbio administrativo e técnico-operacional entre os CL;

VIII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do CL;

IX - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas e critérios, bem como pela execução dos planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER; e

X - assegurar, para o COMAER, os ganhos econômicos decorrentes da transferência de tecnologia, licenciamento ou exploração de criação protegida de titularidade da Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT).

Art. 204. Ao Comandante do CPORAER-SJ, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e fiscalizar todas as atividades do CPORAER-SJ;

II - matricular, rematricular e incluir no estado efetivo do CPORAER-SJ os candidatos aprovados no Concurso de Admissão ao ITA, os quais satisfaçam as condições regulamentares;

III - desligar, excluir do estado efetivo e incluir na reserva da Aeronáutica os alunos, de acordo com a legislação em vigor;

IV - promover os alunos ao período de instrução seguinte;

V - expedir os certificados de conclusão do curso;

VI - analisar, aprovar e emitir, no seu nível, Normas, Portarias e outros documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades atribuídas ao CPORAER-SJ;

VII - enviar aos órgãos interessados do Sistema de Recrutamento e Mobilização de Pessoal do COMAER as informações referentes aos alunos, conforme orientação do Órgão Central; e

VIII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o CPORAER-SJ.

Art. 205. Ao Presidente da COPAC, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, incumbe:

I - dirigir as atividades da COPAC;

II - representar o COMAER nos atos que se fizerem necessários à execução dos programas de aquisição, desenvolvimento e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos, conforme determinação do DCTA;

III - orientar a elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual;

IV - assessorar os Órgãos de Direção-Geral e Setorial da Aeronáutica e da Administração Direta Federal, nos assuntos relativos às diferentes fases do ciclo de vida de materiais e sistemas aeronáuticos relacionadas aos projetos sob a gestão da COPAC;

V - aprovar protocolos, convênios, contratos, acordos, ajustes, termos aditivos e outros instrumentos jurídicos de interesse da COPAC, na área de sua competência ou quando especificamente autorizado;

VI - instituir comissões internas e nomear pessoal, na área de sua competência, para o acompanhamento e o recebimento de contratos, de convênios, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos jurídicos em execução na COPAC;

VII - analisar, aprovar e emitir, na área de sua competência, os documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades atribuídas à COPAC; e

VIII - promover ações de gestão do conhecimento relativas ao desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos, relacionadas aos projetos sob a gestão da COPAC.

Art. 206. Ao Presidente da CO-DCTA, nos termos da legislação em vigor e em conformidade com as diretrizes do DGCTA, incumbe:

I - idealizar a estrutura e o funcionamento da CO-DCTA, dirigindo e coordenando todas as suas atividades;

II - nomear Comissões de Fiscalização de contratos e de outros instrumentos jurídicos sob a responsabilidade da CO-DCTA;

III - encaminhar ao DCTA as necessidades orçamentárias e de pessoal para a gestão das atividades administrativas da CO-DCTA; e

IV - analisar, aprovar e emitir, no seu nível, Normas, Portarias e outros documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades atribuídas à CO-DCTA.

Art. 207. Ao Chefe do GAP-SJ, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do GAP;

II - encaminhar ao DCTA as propostas orçamentárias anual e plurianual, bem como as solicitações extra-orçamentárias do GAP;

III - manter o DCTA informado das atividades e programas de trabalho do GAP;

IV - zelar pelo cumprimento das normas, critérios, princípios e programas expedidos pelos órgãos superiores e Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

V - propor o enquadramento disciplinar dos militares e civis que concorrem aos serviços de escala de responsabilidade do GAP; e

VI - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o GAP.

Art. 208. Ao Diretor do IAE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, incumbe:

I - dirigir e orientar as atividades do IAE;

II - estabelecer as diretrizes para que todos os recursos e atividades do IAE sejam empregados no cumprimento de sua missão;

III - assessorar o DGCTA e mantê-lo informado sobre as atividades do IAE;

IV - representar o DCTA nos atos que se fizerem necessários à execução dos projetos de PD&I no âmbito do IAE, conforme determinação do DGCTA;

V - analisar, aprovar e emitir, na área de sua competência, os documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades atribuídas ao IAE ou quando especificamente autorizado;

VI - propor, aprovar e assinar protocolos, convênios, contratos, acordos, termos de ajustes e outros instrumentos de interesse e do nível do IAE ou, quando especificamente autorizado, após terem sido aprovados pelo DCTA;

VII - orientar a elaboração da proposta orçamentária anual e do plano plurianual, no que concerne ao IAE, a serem submetidos ao DCTA;

VIII - assessorar os Órgãos de Direção-Geral e Setorial (ODGSA) do Comando da Aeronáutica, nos assuntos relacionados aos processos e aos projetos de PD&I no âmbito do IAE;

IX - instituir comissões internas e nomear pessoal, na área de sua competência, para o acompanhamento e o recebimento de contratos, convênios, acordos, termos de ajustes e outros instrumentos jurídicos em execução no IAE;

X - instituir comissões internas e nomear pessoal, na área de sua competência, em apoio aos protocolos, convênios, contratos, acordos, termos de ajustes e outros instrumentos assinados pelo DCTA e demais ODGSA;

XI - promover e manter intercâmbio de informações científico-tecnológicas, e de pessoal, com instituições nacionais e estrangeiras dedicadas às atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de aeronáutica, de acesso ao espaço e de defesa, em coordenação com o DCTA;

XII - propor ao DCTA o recompletamento e a movimentação de pessoal do IAE;

XIII - propor ao DCTA e, quando aprovado, executar a formação e o aperfeiçoamento, no País e no exterior, dos recursos humanos necessários ao funcionamento do IAE;

XIV - promover simpósios, conferências, seminários, reuniões, convenções e exposições, nacionais e internacionais, referentes às atividades de desenvolvimento científico-tecnológico, de interesse e do nível do IAE ou quando especificamente autorizado pelo DCTA;

XV - assessorar o representante do COMAER no Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira (AEB), para a formulação/revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE);

XVI - zelar pelo cumprimento de normas, portarias e outros documentos emitidos pelo DCTA necessários ao desenvolvimento das atividades do IAE;

XVII - zelar pelo cumprimento das normas emanadas dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER; e

XVIII - estabelecer as diretrizes do Sistema de Governança Institucional no IAE e zelar pelo seu pleno funcionamento.

Art. 209. Ao Diretor do IEAv, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do IEAv;

II - coordenar e supervisionar as atividades da Vice-Direção e das Subdiretorias;

III - assessorar o DGCTA, mantendo-o informado sobre as atividades do IEAv;

IV - representar o IEAv em cerimônias públicas e nas relações com instituições culturais, educacionais, científicas, técnicas e militares;

V - adotar medidas para o cumprimento das atividades técnicas, científicas, educacionais e militares exercidas pelo IEAv, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo DCTA;

VI - assinar os certificados de participação em eventos e atividades técnico-científicos e educacionais promovidos pelo IEAv;

VII - coordenar a elaboração de propostas orçamentárias anual e plurianual a serem submetidas ao DCTA;

VIII - aprovar os programas detalhados decorrentes de planejamentos já aprovados pelo DGCTA;

IX - propor ao DCTA o planejamento físico e financeiro de projetos e atividades técnico-científicas e administrativas do IEAv;

X - propor ao DCTA os atos de administração do pessoal civil do IEAv;

XI - propor o reacompanhamento e a movimentação de pessoal do IEAv;

XII - zelar pelo cumprimento de regulamentos, normas, portarias, diretrizes, planos, critérios e programas de trabalho oriundos do DCTA e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do Comando da Aeronáutica;

XIII - promover e firmar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos legais de competência do IEAv, ou que envolvam assuntos a este atribuídos, de acordo com a legislação e as normas em vigor;

XIV - promover simpósios, conferências, seminários, reuniões, convenções e exposições, nacionais e internacionais, referentes às atividades de desenvolvimento científico e tecnológico aeroespaciais, de interesse e do nível do IEAv, ou quando especificamente autorizado;

XV - promover e realizar intercâmbio de informações técnico-científicas com instituições nacionais e estrangeiras dedicadas às atividades de desenvolvimento científico e tecnológico aeroespaciais ou correlatas, em coordenação com o DCTA;

XVI - nomear comissões internas de acompanhamento e recebimento de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos jurídicos em execução no IEAv;

XVII - nomear equipes internas para execução de projetos, atividades e empreendimentos correlatos a cargo do IEAv;

XVIII - indicar representantes para reuniões externas ao Instituto, quando solicitado, para o atendimento a assuntos relacionados à missão do IEAv;

XIX - coordenar e supervisionar as atividades pertinentes à proteção do conhecimento e à salvaguarda de assuntos sigilosos; e

XX - coordenar e supervisionar as ações pertinentes às relações, intercâmbio e parcerias institucionais do IEAv com órgãos internos e externos ao COMAER.

Art. 210. Ao Diretor do IFI, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, incumbe:

- I - dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e comandar as atividades do IFI;
- II - coordenar e supervisionar as atividades da Vice-Direção;
- III - assessorar o DGCTA, mantendo-o informado sobre as atividades do IFI;
- IV - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais e plurianuais do IFI;
- V - propor ao DCTA o aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários ao funcionamento do IFI;
- VI - zelar pelo cumprimento de todas as normas emanadas pelo DCTA;
- VII - promover simpósios, conferências, seminários, reuniões, convenções e exposições, nacionais e internacionais, bem como outros eventos referentes às atividades de certificação, de metrologia, de normalização e de compensação comercial, industrial e tecnológica;
- VIII - assinar contratos, convênios, certificados, documentos técnicos e outros instrumentos de interesse do COMAER, no nível do IFI;
- IX - assinar os certificados de cursos ministrados pelo IFI;
- X - promover a integração das atividades do IFI com as demais Organizações do COMAER e com empresas do setor aeroespacial;
- XI - participar de conselhos e de comissões, em organizações governamentais ou de empresas do setor aeroespacial;
- XII - analisar, aprovar e emitir, no seu nível, Portarias, Normas, Diretrizes e outros documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com suas atribuições;
- XIII - nomear comissões internas de acompanhamento e recebimento de contratos, convênios, bem como outros instrumentos jurídicos e de caráter administrativo em execução no IFI;
- XIV - propor o reacompanhamento e a movimentação de pessoal no âmbito do IFI; e
- XV - coordenar as Ações dos Programas do Plano Plurianual do Governo Federal, de responsabilidade do IFI.

Art. 211. Ao Diretor do IPEV, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, incumbe:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do IPEV;
- II - assegurar o cumprimento de normas, critérios, princípios e programas expedidos pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER, nos assuntos relacionados diretamente com as atribuições específicas do IPEV;
- III - analisar, aprovar e emitir, no seu nível, normas, portarias e outros documentos necessários ao pleno desenvolvimento de suas atividades;
- IV - assegurar o cumprimento do Programa de Segurança de Voo para Atividades de Ensaio (PSVE) e das Normas Padrão de Ação (NPA) do Instituto;
- V - convocar e presidir os Conselhos de Instrução e Operacional para deliberar sobre assuntos relacionados às atribuições específicas do IPEV;
- VI - zelar pelo cumprimento das normas emanadas dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;
- VII - propor o completamento e a movimentação de pessoal para o IPEV; e

VIII - promover e firmar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos legais que sejam de competência do IPEV, ou que envolvam assuntos a este atribuídos, em consonância com a legislação em vigor.

Art. 212. Ao Reitor do ITA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, incumbe:

I - exercer, cumulativamente, as funções de agente diretor e Ordenador de Despesas;

II - dirigir, coordenar e controlar os órgãos e as atividades do Instituto;

III - adotar medidas para o cumprimento das atividades técnica, científica e educacional do ITA, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo COMAER;

IV - orientar e coordenar a elaboração de propostas orçamentárias anual e plurianual do Instituto;

V - aprovar as diretrizes para o desenvolvimento de pesquisas, projetos e atividades técnico-científicas do ITA;

VI - aprovar a criação, fusão, desmembramento ou extinção de programas de pós-graduação *stricto sensu* e cursos de pós-graduação *lato sensu*;

VII - submeter à aprovação do CMTAER, por meio do DGCTA, a criação, fusão, desmembramento ou extinção de cursos de graduação e de cursos de interesse específico do COMAER;

VIII - aprovar os planos detalhados de projetos e atividades de interesse do Instituto;

IX - aprovar planos de aperfeiçoamento de pessoal do ITA, incluindo a proposta de participação em eventos nacionais e internacionais;

X - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, planos, critérios e programas de trabalho oriundos do DCTA e da Congregação, e, quando se aplicar, dos Sistemas do COMAER;

XI - promover e firmar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos legais que sejam de competência do ITA, ou que envolvam assuntos a este atribuídos, em consonância com a legislação em vigor;

XII - zelar pela aplicação dos recursos financeiros do ITA, incluindo os captados por meio de fundos de apoio ao Instituto;

XIII - assinar, juntamente com o DGCTA, os diplomas de graduação conferidos pelo ITA;

XIV - assinar os diplomas de pós-graduação *stricto sensu* e certificados de pós-graduação *lato sensu* e títulos honoríficos;

XV - manter a ordem e a disciplina no Instituto;

XVI - presidir a cerimônia de colação de grau e demais atos públicos inerentes ao ITA;

XVII - assinar a correspondência oficial do ITA, em especial os termos e despachos lavrados em nome ou por deliberação da Congregação;

XVIII - representar o ITA em cerimônias públicas e nas relações com instituições culturais, científicas e técnicas;

XIX - conceder, negar ou cancelar inscrição de candidatos ao concurso de Admissão ao ITA;

XX - conceder, negar, suspender ou cancelar matrícula de alunos nos cursos do Instituto;

XXI - excluir os alunos do ITA, de acordo com as normas reguladoras vigentes;

XXII - aprovar o pedido de afastamento de alunos regularmente matriculados no ITA para a realização de atividades acadêmicas, no país ou no exterior, exceto os alunos militares para missões no exterior, de acordo com a legislação em vigor;

XXIII - aprovar os calendários escolares do ITA;

XXIV - nomear as Comissões Examinadora e Fiscalizadora para Concursos de Admissão ao ITA;

XXV - zelar pelo cumprimento do regime escolar instituído nas Normas Reguladoras dos Cursos; e

XXVI - exercer as demais atribuições inerentes ao cargo de Reitor.

Art. 213. Ao Prefeito da PASJ, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da Prefeitura de Aeronáutica;

II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas e critérios, bem como pela execução dos planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

III - gerir os recursos financeiros colocados à disposição da Prefeitura de Aeronáutica;

IV - manter o Chefe do CEAP devidamente informado quanto às suas atividades e programas de trabalho, propondo a adoção de medidas julgadas necessárias ao seu aprimoramento;

V - manter atualizado o cadastro de imóveis sob a responsabilidade da Prefeitura de Aeronáutica;

VI - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual, com base nas demandas de obras de manutenção e de serviços de conservação dos imóveis residenciais sob a responsabilidade da Prefeitura, devidamente priorizadas, e submetê-las à apreciação do Chefe do CEAP;

VII - orientar a plena utilização das ferramentas e soluções de Tecnologia da Informação - TI colocadas à disposição da Prefeitura, zelando pela correção das informações inseridas nos diversos sistemas;

VIII - orientar a gestão administrativa e orçamentária, tendo por base as metas estabelecidas pelo CEAP, e acompanhar a evolução dessa gestão através dos indicadores específicos disponibilizados, promovendo as correções, se necessárias, de forma tempestiva e eficaz;

IX - propor soluções de padronizações, sustentabilidade, economia e racionalização de recursos, entre outros, e submetê-los à apreciação do Chefe do CEAP;

X - estabelecer as Normas Internas dos Edifícios de Apartamentos e das Vilas Residenciais, administrados pela Prefeitura, de acordo com as diretrizes do Chefe do CEAP;

XI - emitir parecer prévio, e submetê-lo à apreciação do Chefe do CEAP, quanto às solicitações de excepcionalidade para ocupação de PNR;

XII - propor ao Chefe do GAP a instauração de sindicâncias para apuração de fatos referentes a ocupação de PNR, em sua área de atuação; e

XIII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para a Prefeitura de Aeronáutica.

Art. 214. Ao Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DGCEA), além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do DECEA;

II - assessorar o CMTAER na formulação da Política de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;

III - manter o CMTAER informado sobre as atividades e programas de trabalho do DECEA;

IV - aprovar os planos, projetos e programas, bem como as normas, critérios e princípios, para as atividades da área de atuação do DECEA;

V - propor a assinatura de contratos, convênios e acordos entre as organizações subordinadas e organizações externas ao COMAER, na sua esfera de atribuições;

VI - orientar a elaboração e a consolidação das propostas orçamentárias anuais e plurianuais do DECEA e das organizações subordinadas;

VII - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos do COMAER;

VIII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal no âmbito do DECEA e das organizações subordinadas; e

IX - manter atualizado o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo.

Art. 215. Ao Chefe do CGNA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do CGNA;

II - estabelecer princípios, critérios e elaborar programas relativos ao CGNA;

III - firmar, mediante delegação, contratos, convênios, acordos ou outros instrumentos de cooperação e/ou intercâmbio de interesse do CGNA;

IV - conceder, controlar, revalidar, suspender e cancelar os certificados de habilitação técnica dos gerentes de fluxo de tráfego aéreo;

V - convocar e presidir o Conselho Operacional do CGNA;

VI - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER; e

VII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para o CGNA.

Art. 216. Ao Comandante do CIMAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - gerenciar o serviço de Meteorologia Aeronáutica no Brasil;

II - assessorar o DGCEA nos assuntos relacionados ao serviço de Meteorologia Aeronáutica no Brasil;

III - priorizar e controlar a execução das atividades afetas ao CIMAER;

IV - estabelecer metas e indicadores auditáveis de gestão para as atividades do CIMAER;

V - cooperar com o setor responsável do DECEA na elaboração das propostas orçamentárias para apreciação do Diretor-Geral do DECEA;

VI - firmar, mediante delegação, contratos, convênios, acordos e outros instrumentos de cooperação ou intercâmbio para atividades relacionadas ao CIMAER; e

VII - propor ao setor responsável do DECEA a movimentação e o reacompletamento da Tabela de Pessoal do CIMAER.

Art. 217. Ao Presidente da CISCEA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - orientar e dirigir os trabalhos da CISCEA;

II - representar a CISCEA em todos os atos legais que se fizerem necessários à implantação dos projetos;

III - apresentar à autoridade competente as propostas orçamentárias anual e plurianual;

IV - coordenar com as diferentes organizações da Aeronáutica a sua eventual participação na execução dos projetos;

V - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para a CISCEA;

VI - aprovar as documentações técnicas e operacionais, norteadoras dos projetos;

VII - aprovar diretrizes, estabelecendo critérios e princípios aplicáveis aos trabalhos da CISCEA;

VIII - aprovar normas, procedimentos e rotinas para acompanhamento e controle dos instrumentos contratuais e do andamento geral dos projetos; e

IX - aprovar as especificações da qualidade dos subsistemas e equipamentos.

Art. 218. Ao Comandante do GEIV, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do GEIV;

II - assessorar e manter informado o escalão superior sobre os assuntos e atividades de competência do GEIV;

III - aprovar as normas e procedimentos do GEIV;

IV - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER; e

V - propor o recompletamento e a movimentação do pessoal para o GEIV.

Art. 219. Ao Diretor do ICA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - aprovar planos, projetos, programas e normas pertinentes à área de atuação do ICA;

II - assessorar o DECEA nos assuntos relacionados às atividades do ICA;

III - gerenciar as atividades desenvolvidas;

IV - estabelecer prioridades para execução de serviços na sua esfera de atribuições;

V - firmar, mediante delegação, contratos, convênios, acordos e outros instrumentos de cooperação ou intercâmbio;

VI - manter o DECEA informado sobre atividades, serviços e produtos desenvolvidos;

VII - orientar elaboração de proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do DECEA;

VIII - propor:

a) completamento e movimentação de pessoal; e

b) diretrizes, política, planos, normas, programas, publicações técnicas e recursos materiais para cumprimento das metas estabelecidas; e

IX - zelar pelo cumprimento de diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos de Órgãos Superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER.

Art. 220. Ao Diretor do ICEA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - definir, dirigir, coordenar e controlar as atividades do ICEA;

II - estabelecer princípios, critérios e elaborar programas relativos ao ICEA;

III - firmar, mediante delegação, contratos, convênios, acordos ou outros instrumentos de cooperação e/ou intercâmbio de interesse do ICEA;

IV - executar os atos administrativos relativos à aprovação e desligamento dos alunos dos cursos sob responsabilidade do ICEA;

V - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER; e

VI - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa aérea sob sua jurisdição.

Art. 221. Ao Presidente da JJAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - orientar os trabalhos da JJAER, aprovando procedimentos e rotinas para acompanhamento e controle dos instrumentos processuais;

II - representar a JJAER e assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

III - gerenciar os programas, planos e projetos atribuídos à JJAER;

IV - submeter ao DGCEA as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam sua competência e sejam necessários ao funcionamento e organização da Junta de Julgamento da Aeronáutica; e

V - assessorar ao DGCEA nos assuntos relativos a processos de infrações no âmbito do SISCEAB.

Art. 222. Ao Chefe da MTAB-Bolívia, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da Missão;

II - assessorar o Diretor-Geral do DECEA (DGCEA) nos assuntos relacionados com as atividades da Missão;

III - assessorar o Estado Plurinacional da Bolívia nos assuntos relacionados com as atividades da MTAB-Bolívia;

IV - manter estreita ligação com os dirigentes das organizações do Estado Plurinacional da Bolívia prestadores dos Serviços de Navegação Aérea daquele país;

V - zelar, no âmbito de sua organização, pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos do DECEA;

VI - orientar a elaboração e encaminhar as propostas de recursos necessários para o funcionamento da MTAB-Bolívia;

VII - administrar os recursos alocados à MTAB-Bolívia;

VIII - submeter ao Diretor-Geral do DECEA propostas de expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam a competência da MTAB-Bolívia e que sejam necessários ao seu funcionamento; e

IX - responsabilizar-se, no país-sede, pelas assessorias prestadas à Força Aérea Boliviana.

Art. 223. Ao Diretor do PAME-RJ, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do PAME-RJ;

II - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

III - baixar normas e instruções necessárias aos trabalhos a serem executados;

IV - submeter ao DECEA as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do PAME-RJ e sejam necessários ao seu funcionamento e organização;

V - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa da área sob jurisdição do PAME-RJ e das demais áreas que lhe forem cometidas;

VI - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para o PAME-RJ; e

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do PAME-RJ.

Art. 224. Ao Comandante do 1º GCC, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades dos órgãos subordinados;

II - assessorar o DGCEA e os comandantes operacionais em todos os assuntos relativos às comunicações e ao controle do espaço aéreo, no âmbito das operações aerotáticas;

III - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

IV - submeter ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do GCC e sejam necessários ao seu funcionamento e organização; e

V - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do GCC.

Art. 225. Ao Chefe do SRPV-SP, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar os órgãos constitutivos do SRPV-SP;

II - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

III - assessorar o DGCEA nos assuntos relativos ao SISCEAB e demais sistemas afins, em sua área de jurisdição;

IV - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa da área sob jurisdição do SRPV-SP e das demais áreas que lhe forem cometidas;

V - submeter ao DECEA as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do SRPV-SP e sejam necessários ao seu funcionamento e organização;

VI - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para o SRPV-SP; e

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do SRPV-SP.

Art. 226. Aos Comandantes de CINDACTA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar os órgãos constitutivos do CINDACTA;

II - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

III - assessorar o DGCEA nos assuntos relativos ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e demais Sistemas afins na sua área de jurisdição;

IV - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa da área sob jurisdição do CINDACTA e das demais áreas que lhe forem cometidas;

V - submeter ao DECEA as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do CINDACTA e sejam necessários ao seu funcionamento e organização;

VI - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para o CINDACTA; e

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do CINDACTA.

Art. 227. Ao Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, incumbe:

I - dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da SEFA;

II - assessorar o CMTAER, com subsídios do Diretor de Economia e Finanças da Aeronáutica, na formulação e na revisão do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, assim como os Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência (ODGSA), nos assuntos de sua competência;

III - propor ao Comandante-Geral do Pessoal, quando demandado, a formulação e a revisão das políticas de pessoal da Aeronáutica, no tocante aos militares que compõem o efetivo da SEFA, da DIREF, da DIRAD, do CEAP e OM subordinadas;

IV - assessorar o Chefe do EMAER, quando demandado, na formulação e na revisão das políticas de gestão de apoio administrativo; de gestão de moradia funcional; de provisões e material de intendência; de pagamento de pessoal; de subsistência; e de apoio assistencial e social, entre outras;

V - aprovar as normas reguladoras relativas à Administração Financeira, à Contabilidade, à Avaliação de Gestão, às Licitações e aos Contratos, aos Convênios, Termos de Ajustes, Cooperação, Parceria, Acordos de Compensação e Instrumentos congêneres e afins, Operações de Crédito, Financiamentos internos e externos, entre outros, em cumprimento à legislação vigente;

VI - aprovar as normas reguladoras internas relativas às atividades relacionadas com as áreas de gestão de apoio administrativo; de gestão de moradia funcional; de provisões e material de intendência; de pagamento de pessoal; de subsistência; e de apoio assistencial e social, entre outras, em cumprimento à legislação vigente;

VII - assessorar o Chefe do EMAER, provendo informações relacionadas com a elaboração das propostas orçamentárias anuais e do Plano Plurianual do COMAER;

VIII - encaminhar ao Chefe do EMAER as propostas de solicitação de créditos adicionais e de alterações no orçamento do COMAER, quando for o caso;

IX - aprovar o plano de capacitação dos recursos humanos da SEFA e assuntos correlatos e afins, inclusive quanto ao trato do PLAMTAX e do PLAMENS, país e exterior;

X - prover atendimento às solicitações e cumprimento às determinações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU), com assessoramento do Diretor da DIREF ou do Diretor da DIRAD, quando for o caso, bem como das normas emitidas pelos Órgãos Centrais dos Sistemas de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Serviços Gerais do Poder Executivo Federal, ou de outros que vierem a ser criados ou substituídos, subsidiados pela DIREF;

XI - zelar pelo cumprimento das normas, princípios, planos e programas expedidos pelos Órgãos Centrais dos Sistemas de Administração Financeira, de Contabilidade e de Serviços Gerais do Poder Executivo Federal, ou de outros que vierem a ser criados ou substituídos;

XII - zelar pelo cumprimento das normas, princípios, planos e programas expedidos pelos Órgãos Centrais e sistêmicos das atividades relacionadas com as áreas de gestão de apoio administrativo; de gestão de moradia funcional; de provisões e material de intendência; de pagamento de pessoal; de subsistência; e de apoio assistencial e social, entre outras, das OM sob subordinação ou apoiadas;

XIII - supervisionar os assuntos relativos à Tecnologia da Informação (TI) da SEFA, abrangendo, entre outros aspectos, a segurança das informações, os procedimentos e as

configurações de infraestrutura, o mapeamento e a busca de soluções para os problemas mais frequentes nesta área e dos respectivos sistemas corporativos internos;

XIV - supervisionar os assuntos relativos à gestão de competência do pessoal da SEFA, abrangendo, entre outros, a capacitação de pessoal, pós- formação, necessárias aos gestores responsáveis pela execução financeira, contábil, orçamentária e patrimonial e ao apoio administrativo no COMAER;

XV - propor ao COMGEP a admissão e a movimentação do pessoal civil e militar de interesse da SEFA, da DIREF, da DIRAD, do CEAP e OM subordinadas;

XVI - fornecer aos ODGSA, quando por estes solicitado, informações gerenciais afetas às atividades de economia, finanças e contabilidade, com vistas a subsidiar o processo decisório daqueles Órgãos;

XVII - fornecer aos ODGSA, quando por estes solicitado, informações gerenciais afetas às atividades de execução e apoio logístico de intendência, dos Próprios Nacionais Residenciais, e as de apoio administrativo, com vistas a subsidiar o processo decisório daqueles Órgãos;

XVIII - instaurar, “de Ofício”, ou por solicitação do Vice-Secretário, dos Assessores ou do Chefe do GABSEFA, processos de Sindicância, de Inquérito Policial-Militar (IPM), de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), de Tomada de Contas Especial (TCE) e de Processo Administrativo de Ressarcimento ao Erário (PARE), no âmbito da SEFA;

XIX - determinar, quando for o caso, ao Diretor de Economia e Finanças da Aeronáutica e ao Diretor de Administração da Aeronáutica a instauração de processos de Sindicância, de Inquérito Policial-Militar (IPM), de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), de Tomada de Contas Especial (TCE) e de Processo Administrativo de Ressarcimento ao Erário (PARE), no âmbito de suas Diretorias e OM subordinadas; e

XX - assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos de sua esfera de competência.

Art. 228. Aos Comandantes das Bases Aéreas subordinadas à SEFA além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, incumbe:

I - zelar pela manutenção da hierarquia e da disciplina, incentivando a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar;

II - zelar pela promoção dos valores morais, relacionados à ética militar, em acordo com o disposto no Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV) do COMAER;

III - dirigir, coordenar e controlar as atividades da Base Aérea;

IV - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

V - estabelecer normas, programas, planos e instruções necessários aos trabalhos a serem executados; e

VI - executar as medidas que visem à segurança e defesa da Base Aérea e das demais áreas que lhe forem cometidas, em acordo com as normas Sistema de Segurança e Defesa do Comando da Aeronáutica (SISDE).

Art. 229. Ao Diretor da DIRAD, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, incumbe:

I - dirigir, coordenar e supervisionar as atribuições e encargos da DIRAD, do CEAP e das OM subordinadas, bem como dos sistemas corporativos e sistêmicos afetos;

II - supervisionar as atividades de apoio administrativo; de gestão de moradia funcional; de provisões e materiais de intendência; de pagamento de pessoal; de subsistência; e de apoio assistencial e social, entre outros, no âmbito do COMAER;

III - aprovar as normas e instruções, estabelecer os critérios e princípios e elaborar os planos e programas sobre as atividades de apoio administrativo, de logística de Intendência e de gestão de moradia funcional, bem como controlar suas aplicações, adotando as medidas corretivas julgadas necessárias e pertinentes para o pleno cumprimento das tarefas e encargos de sua competência;

IV - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual da DIRAD, do CEAP e das OM subordinadas;

V - zelar pelo cumprimento das normas, critérios, princípios e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

VI - propor ao Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica a movimentação dos oficiais e graduados nas áreas dos sistemas vinculados à DIRAD, ao CEAP e OM subordinadas, assessorando-o quanto aos demais sistemas;

VII - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica no que se referir às atividades e programas de trabalho da DIRAD, do CEAP e OM subordinadas, sugerindo a adoção das medidas julgadas pertinentes e necessárias ao bom desempenho das atribuições e encargos pertinentes;

VIII - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, quando demandado, na revisão das políticas de pessoal da Aeronáutica dos militares que compõem o efetivo da DIRAD, do CEAP e OM subordinadas;

IX - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica na formulação e na revisão das políticas de gestão de apoio administrativo; de gestão de moradia funcional; de provisões e material de intendência; de pagamento de pessoal; de subsistência; de apoio assistencial e social; e de apoio à intendência operacional, entre outras;

X - propor ao Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica normas reguladoras internas relativas às atividades relacionadas com as áreas de gestão de apoio administrativo; de gestão de moradia funcional; de provisões e material de intendência; de pagamento de pessoal; de subsistência; e de apoio assistencial e social; entre outras, em cumprimento à legislação vigente;

XI - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, provendo informações relacionadas com a elaboração das propostas orçamentárias anuais e do Plano Plurianual da DIRAD, do CEAP e OM subordinadas;

XII - encaminhar ao Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica as propostas de solicitação de créditos adicionais e de alterações no orçamento da DIRAD e OM subordinadas, quando for o caso;

XIII - propor ao Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica a capacitação dos recursos humanos e assuntos correlatos e afins da DIRAD, do CEAP e OM subordinadas, inclusive quanto ao trato do PLAMTAX e do PLAMENS, país e exterior;

XIV - atender às solicitações e cumprir às determinações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como das normas emitidas pelos Órgãos Centrais dos Sistemas corporativos do Poder Executivo Federal, nas suas áreas de atuação, ou de outros que vierem a ser criados ou substituídos com a mesma finalidade;

XV - supervisionar o cumprimento das normas, princípios, planos e programas expedidos pelos Órgãos Centrais e sistêmicos das atividades relacionadas com as áreas de

gestão de apoio administrativo; de gestão de moradia funcional; de provisões e material de intendência; de pagamento de pessoal; de subsistência; e de apoio assistencial e social; entre outras, das OM, sob subordinação ou apoiadas, além de outros que vierem a ser criados ou substituídos com a mesma finalidade;

XVI - assessorar a SEFA e os Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência (ODGSA), quando determinado pelo Secretário, nos assuntos de sua competência;

XVII - instaurar, “de ofício”, processos de Sindicância, de Inquérito Policial Militar (IPM), de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), de Tomada de Contas Especial (TCE) e de Processo Administrativo de Ressarcimento ao Erário (PARE), no âmbito da DIRAD;

XVIII - determinar a instauração de processos de Sindicância, de Inquérito Policial-Militar (IPM), de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), de Tomada de Contas Especial (TCE) e de Processo Administrativo de Ressarcimento ao Erário (PARE), no âmbito do CEAP e OM subordinadas;

XIX - fornecer aos Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência (ODGSA), quando determinado pelo Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, informações gerenciais na execução de gestão de apoio administrativo; de moradia funcional; de provisões e material de intendência; de pagamento de pessoal; de subsistência; e de apoio assistencial e social; entre outras, com vistas a subsidiar o processo decisório daqueles Órgãos; e

XX - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica nos assuntos de sua esfera de competência.

Art. 230. Ao Chefe do CEAP, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor de Administração da Aeronáutica, incumbe:

I - dirigir, coordenar e supervisionar as atribuições e encargos do CEAP e de suas OM subordinadas, bem como dos sistemas corporativos e sistêmicos afetos;

II - supervisionar as atividades do apoio administrativo e de gestão de moradia funcional, no âmbito do COMAER;

III - propor ao Diretor de Administração da Aeronáutica as normas reguladoras internas relativas às atividades de gestão de apoio administrativo e de gestão de moradia funcional, em cumprimento à legislação vigente;

IV - aprovar as normas e instruções, estabelecer os critérios e princípios e elaborar os planos e programas sobre as atividades de apoio administrativo e de gestão de PNR, bem como controlar suas aplicações, adotando as medidas corretivas julgadas necessárias e pertinentes para o pleno cumprimento das tarefas e encargos de sua competência;

V - assessorar o Diretor de Administração da Aeronáutica, provendo informações relacionadas com a elaboração das propostas orçamentárias anuais e do Plano Plurianual do CEAP e de suas OM subordinadas;

VI - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual das OM subordinadas;

VII - zelar pelo cumprimento das normas e orientações expedidas pelos órgãos superiores e pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

VIII - propor ao Diretor de Administração da Aeronáutica as ações necessárias à gestão dos recursos humanos das OM subordinadas ao CEAP;

IX - assessorar o Diretor de Administração da Aeronáutica no que se referir às atividades e programas de trabalho do CEAP e de suas OM subordinadas, propondo a adoção das medidas julgadas pertinentes e necessárias ao bom desempenho das atribuições e encargos pertinentes;

X - supervisionar o apoio administrativo prestado pelas OM subordinadas, no âmbito do COMAER;

XI - assessorar o Diretor de Administração da Aeronáutica, quando demandado, na formulação e na revisão das políticas de gestão de apoio administrativo e de gestão de moradia funcional;

XII - assessorar o Diretor de Administração da Aeronáutica, quando demandado, na formulação e na revisão das políticas de pessoal da Aeronáutica dos militares que compõem o efetivo do CEAP e OM subordinadas;

XIII - encaminhar à DIRAD as propostas de solicitação de créditos adicionais e de alterações no orçamento do CEAP e OM subordinadas, quando for o caso;

XIV - assessorar o Diretor de Administração da Aeronáutica na capacitação dos recursos humanos do CEAP e OM subordinadas, inclusive quanto ao trato do PLAMTAX e do PLAMENS, país e exterior;

XV - prover as solicitações e cumprir às determinações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como das normas emitidas pelos Órgãos Centrais dos Sistemas corporativos do Poder Executivo Federal, nas suas áreas de atuação, ou de outros que vierem a ser criados ou substituídos com a mesma finalidade;

XVI - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, o Diretor de Administração da Aeronáutica e os Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica, quando determinado pelo Secretário ou pelo Diretor, nos assuntos de sua competência;

XVII - fornecer aos Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica, quando determinado pelo Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica ou pelo Diretor de Administração da Aeronáutica, informações gerenciais na execução da gestão de apoio administrativo e de moradia funcional, com vistas a subsidiar o processo decisório daqueles Órgãos;

XVIII - assessorar o Diretor de Administração da Aeronáutica nos assuntos referentes às suas competências, por meio de estudos e pareceres específicos, sempre que demandado; e

XIX - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, o Diretor de Administração da Aeronáutica e os Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica acerca da capacidade de apoio operacional das Bases Aéreas subordinadas.

Art. 231. Ao Diretor da FAYS, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do CEAP, incumbe:

I - dirigir, planejar, coordenar, controlar e analisar os processos e as atividades da FAYS, baseado no ciclo PDCA (planejar, fazer, controlar e analisar), onde a atividade gerencial necessita de análise dos resultados para corrigir os rumos dos próximos planejamentos;

II - elaborar as propostas orçamentárias anual e plurianual;

III - elaborar e propor os Plano Agroindustrial e Programa de Trabalho da Unidade Gestora;

IV - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

V - zelar pela guarda e segurança de todos os bens que estejam sob sua responsabilidade; e

VI - propor o reacomplacamento e a movimentação de pessoal para a FAYS.

Art. 232. Aos Chefes de GAP, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do CEAP, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do GAP;

II - encaminhar ao Chefe do CEAP as propostas orçamentárias anual e plurianual, bem como as solicitações extraorçamentárias do GAP;

III - manter o Chefe do CEAP informado das atividades e programas de trabalho do GAP;

IV - zelar pelo cumprimento das normas, critérios, princípios e programas expedidos pelos órgãos superiores e Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

V - propor o enquadramento disciplinar dos militares e civis que concorrem aos serviços de escala de responsabilidade do GAP; e

VI - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o GAP.

Art. 233. Ao Diretor da PIPAR, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do CEAP, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da PIPAR;

II - elaborar as normas e as diretrizes aplicadas à gestão administrativa;

III - zelar pelo cumprimento das ordens, diretrizes, normas, planos, programas e demais determinações oriundas dos órgãos superiores e Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER, relacionadas com as atribuições da PIPAR;

IV - manter o Chefe do CEAP informado sobre as atividades da PIPAR;

V - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual da PIPAR;

VI - estabelecer o Programa de Trabalho Anual;

VII - manter contato com as autoridades civis e militares sobre assuntos que lhe forem afetos; e

VIII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para a PIPAR.

Art. 234. Aos Prefeitos de Aeronáutica além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do CEAP, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da Prefeitura de Aeronáutica;

II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas e critérios, bem como pela execução dos planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

III - gerir os recursos financeiros colocados à disposição da Prefeitura de Aeronáutica;

IV - manter o Chefe do CEAP devidamente informado quanto às suas atividades e programas de trabalho, propondo a adoção de medidas julgadas necessárias ao seu aprimoramento;

V - manter atualizado o cadastro de imóveis sob a responsabilidade da Prefeitura de Aeronáutica;

VI - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual, com base nas demandas de obras de manutenção e de serviços de conservação dos imóveis residenciais sob a responsabilidade da Prefeitura, devidamente priorizadas, e submetê-las à apreciação do Chefe do CEAP;

VII - orientar a plena utilização das ferramentas e soluções de Tecnologia da Informação - TI colocadas à disposição da Prefeitura, zelando pela correção das informações inseridas nos diversos sistemas;

VIII - orientar a gestão administrativa e orçamentária, tendo por base as metas estabelecidas pelo CEAP, e acompanhar a evolução dessa gestão através dos indicadores específicos disponibilizados, promovendo as correções, se necessárias, de forma tempestiva e eficaz;

IX - propor soluções de padronizações, sustentabilidade, economia e racionalização de recursos, entre outros, e submetê-los à apreciação do Chefe do CEAP;

X - estabelecer as Normas Internas dos Edifícios de Apartamentos e das Vilas Residenciais, administrados pela Prefeitura, de acordo com as diretrizes do Chefe do CEAP;

XI - emitir parecer prévio, e submetê-lo à apreciação do Chefe do CEAP, quanto às solicitações de excepcionalidade para ocupação de PNR;

XII - propor ao Chefe do GAP a instauração de sindicâncias para apuração de fatos referentes a ocupação de PNR, em sua área de atuação; e

XIII - propor o reacomplamento e a movimentação de pessoal para a Prefeitura de Aeronáutica.

Art. 235. Ao Comandante do CAE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor de Administração da Aeronáutica, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do CAE;

II - encaminhar à DIRAD as propostas orçamentárias anuais e plurianuais, bem como as solicitações extraorçamentárias do CAE;

III - submeter à DIRAD as propostas de expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam o âmbito do CAE e sejam necessários para o seu funcionamento;

IV - propor o acomplamento e a movimentação de pessoal para o CAE; e

V - zelar pelo cumprimento das normas, critérios, princípios e programas expedidos pelos órgãos superiores e órgãos centrais dos sistemas do COMAER.

Art. 236. Ao Chefe do GALC, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor de Administração da Aeronáutica, incumbe:

I - gerenciar e coordenar a execução das atividades do GALC;

II - aprovar as normas e instruções, dentro da sua área de competência, e elaborar os planos e programas sobre as atividades de apoio logístico de campanha;

III - orientar a elaboração das propostas orçamentárias (anual e plurianual) do GALC;

IV - zelar pelo cumprimento das normas, critérios, princípios e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

V - propor ao Diretor de Administração da Aeronáutica as ações necessárias à gestão dos recursos humanos do GALC; e

VI - assessorar o Diretor de Administração da Aeronáutica nos assuntos referentes às suas competências, por meio de estudos e pareceres específicos, sempre que demandado.

Art. 237. Ao Diretor da DIREF, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica, incumbe:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da DIREF;

II - subsidiar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, provendo informações para a formulação e a revisão do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica;

III - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, no processo de provimento de subsídios ao Chefe do EMAER, para a elaboração e o encaminhamento das propostas de Orçamento Anual ao Ministério da Defesa (MD);

IV - propor ao Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, com subsídios da SUCONV, SUFIN, SUCONT e da ANAJ, normas reguladoras

relativas à Administração Financeira, à Contabilidade, à Avaliação de Gestão, às Licitações e aos Contratos, aos Convênios, Termos de Ajustes, Cooperação, Parceria, Acordos de Compensação e Instrumentos congêneres, em cumprimento à legislação vigente;

V - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, com subsídios da SUFIN, provendo informações para a elaboração das propostas orçamentárias anuais e do Plano Plurianual (PPA) do COMAER;

VI - acompanhar a execução do Plano de Ação (PA), determinando a proposição das modificações que se fizerem necessárias, na sua esfera de competência;

VII - encaminhar, para apreciação do Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, as propostas contendo medidas de ajustes do Plano de Ação (PA) do COMAER e, quando necessário, de contenção de despesas;

VIII - submeter ao Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica as propostas de solicitação de créditos adicionais e de alterações no orçamento do COMAER;

IX - apoiar o CENCIAR, por demanda do Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, com informações que permitam a execução de sua missão e de outras atividades afetas ao referido Centro, nas Unidades Gestoras (UG) e na CFIAe;

X - prover o atendimento às solicitações e cumprimento às determinações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como das normas emitidas pelos Órgãos Centrais dos Sistemas de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, e de Serviços Gerais do Poder Executivo Federal, ou de outros sistemas corporativos em que esteja inserido;

XI - zelar pelo cumprimento das normas, princípios, planos e programas expedidos pelos Órgãos Centrais dos Sistemas de Administração Financeira, de Contabilidade e de Serviços Gerais do Poder Executivo Federal e de outros sistemas corporativos em que esteja inserido;

XII - estabelecer ligação com os Órgãos correlatos da Administração Pública Federal e com os Órgãos da Administração Privada, nos assuntos relativos à sua área de atuação;

XIII - homologar os indicadores de desempenho propostos pelos titulares das Subdiretorias ou Assessorias ou, ainda, apresentados por meio de estudos ou de GT, visando aferir o grau de eficiência e eficácia dos vários setores da DIREF, no desempenho de suas atribuições regimentais;

XIV - propor ao Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica a admissão e a movimentação do pessoal civil e militar de interesse da DIREF;

XV - fornecer aos ODGSA, quando por estes solicitados e por sua orientação, informações gerenciais do seu campo de competência, com vistas a subsidiar o processo decisório daqueles Órgãos;

XVI - instaurar, “de ofício”, ou por solicitação do Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, dos Subdiretores, do Diretor do IEFA ou do Chefe da ANAJ, processos de Sindicância, de Inquérito Policial-Militar (IPM), de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), de Tomada de Contas Especial (TCE) e de Processo Administrativo de Ressarcimento ao Erário (PARE), no âmbito da DIREF; e

XVII - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica nos assuntos atinentes à sua esfera de competência.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 238. O Oficial-General mais antigo em atividade no COMAER substituirá o CMTAER, interinamente, por motivo de férias, de tratamento de saúde, em seus afastamentos do país e em outros impedimentos legais.

Art. 239. O provimento de cargos nas OM do COMAER observará às seguintes diretrizes:

- I - cargos privativos de Oficial-General, mediante ato presidencial; e
- II - cargos privativos de Oficial Superior listados em ato específico, mediante ato do CMTAER.

Art. 240. O CMTAER baixará os atos normativos complementares decorrentes deste Regimento Interno e estabelecerá, nos Regulamentos das OM, os pormenores de organização e funcionamento dos respectivos órgãos.

Art. 241. Os Comandantes, Chefes, Diretores ou Secretários das OM do COMAER deverão encaminhar ao EMAER, no prazo de noventa dias, as propostas dos respectivos Regulamentos que necessitem sofrer alterações, em função da aprovação deste Regimento Interno.

Art. 242. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos à apreciação do CMTAER.

REFERÊNCIAS

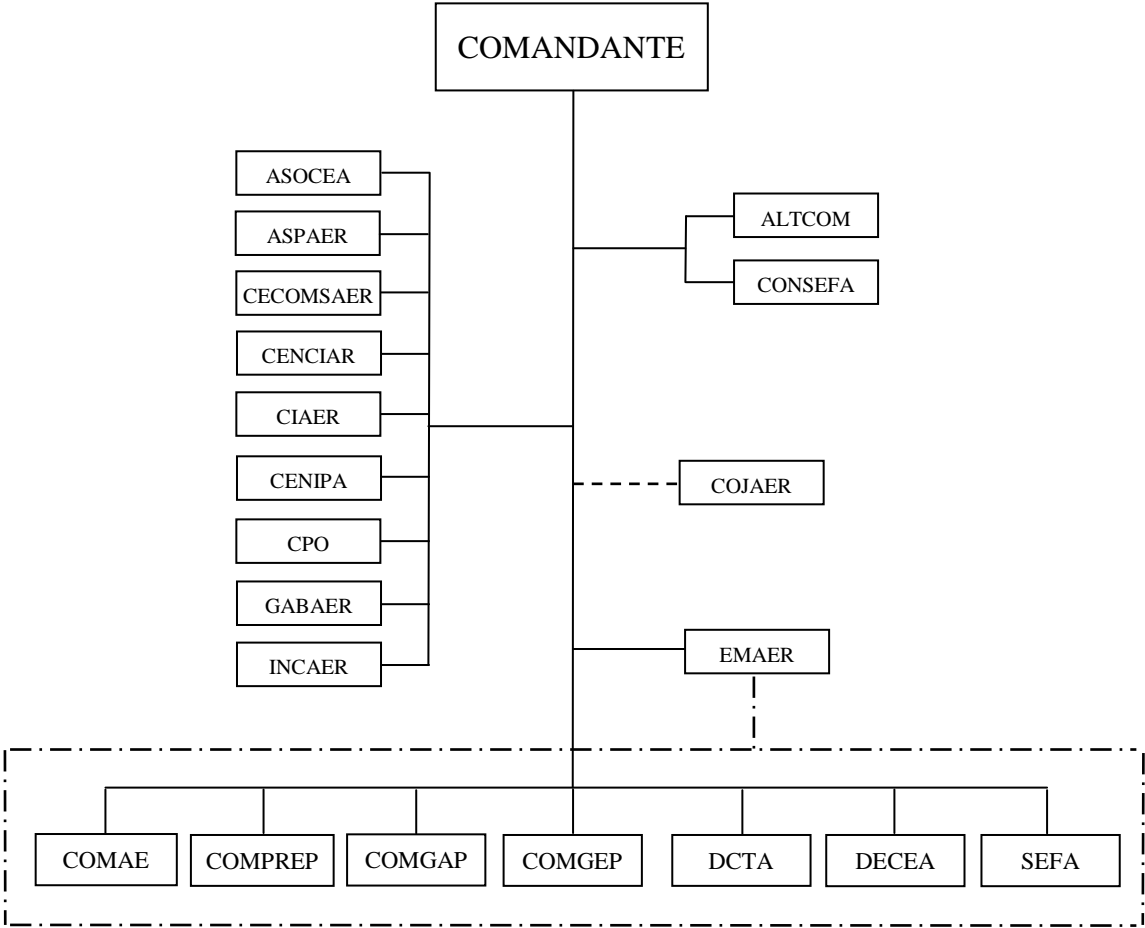
BRASIL. Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. *Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. [Brasília-DF], 04 maio 2009.

_____. Estado Maior da Aeronáutica. *Regulamentação das Organizações: ICA 19-1*. [Brasília-DF], 2005.

_____. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. *Confecção, Controle e Numeração de Publicações: NSCA 5-1*. [Brasília-DF], 2011.

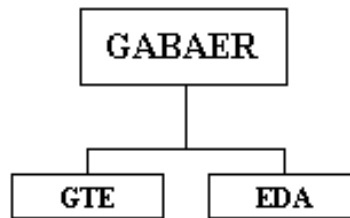
_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*. [Brasília-DF], 10 jun. 1999.

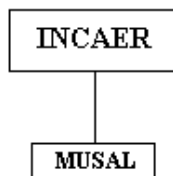
Anexo A - Organograma do Comando da Aeronáutica



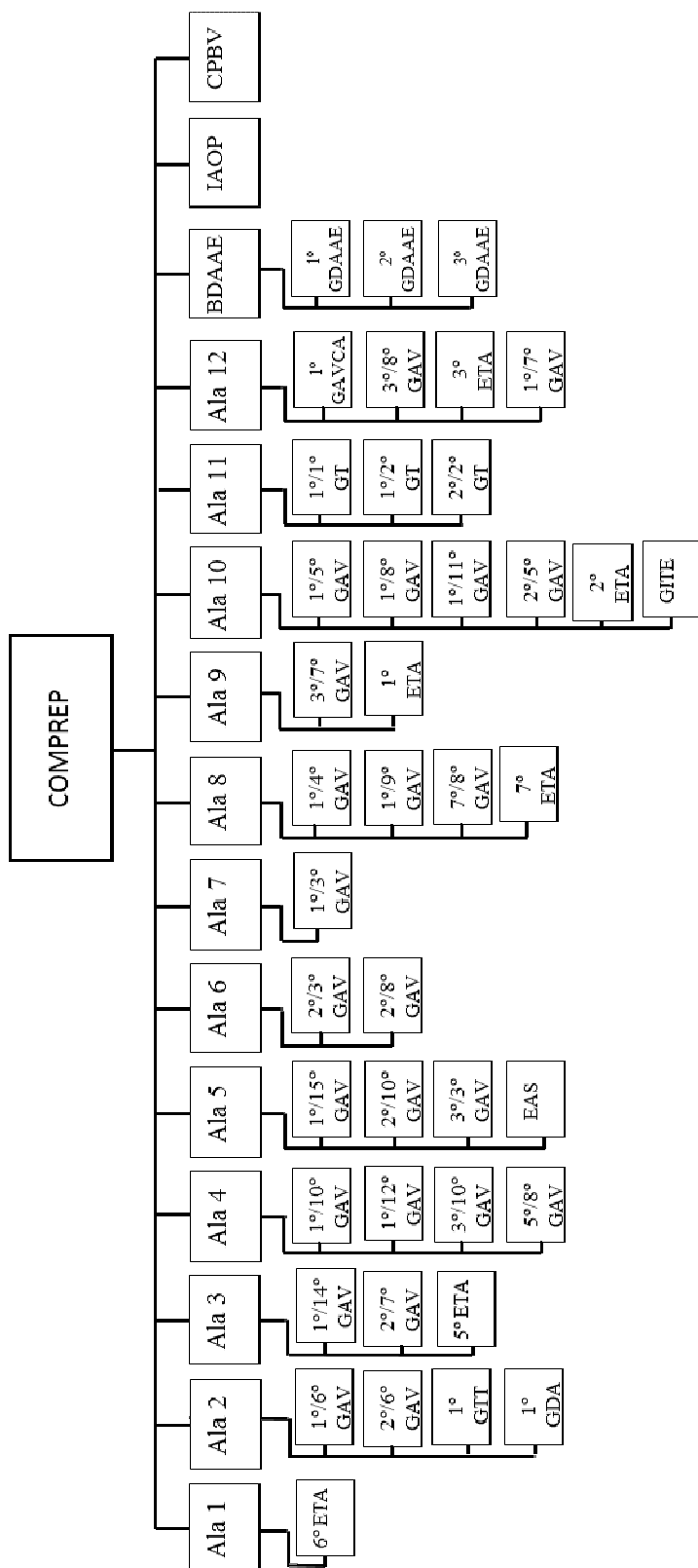
**Anexo B - Organograma do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes
Aeronáuticos**



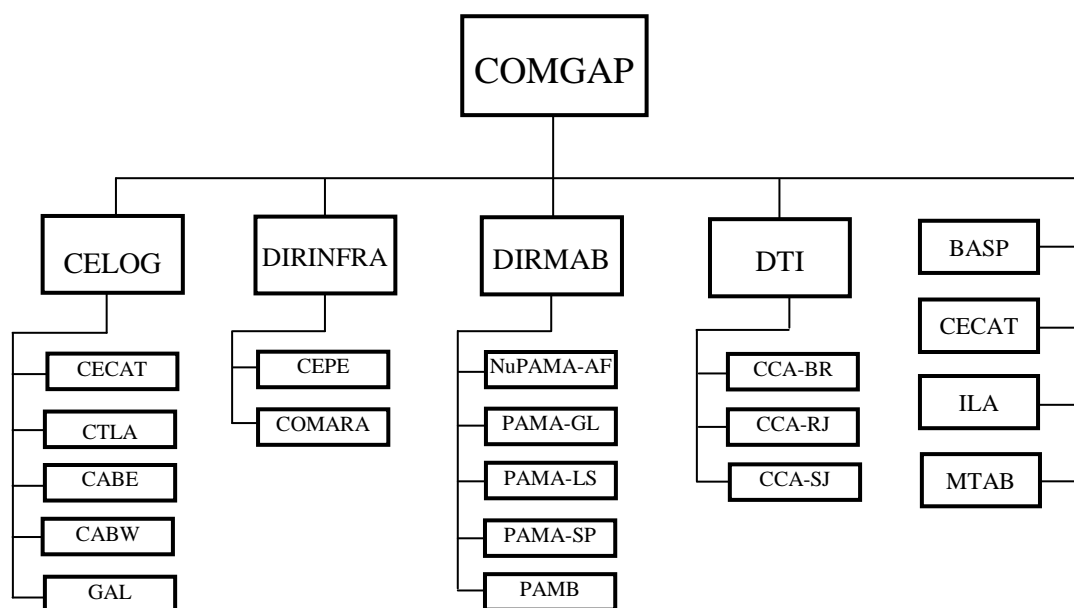
Anexo C - Organograma do Gabinete do Comandante da Aeronáutica

Anexo D - Organograma do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

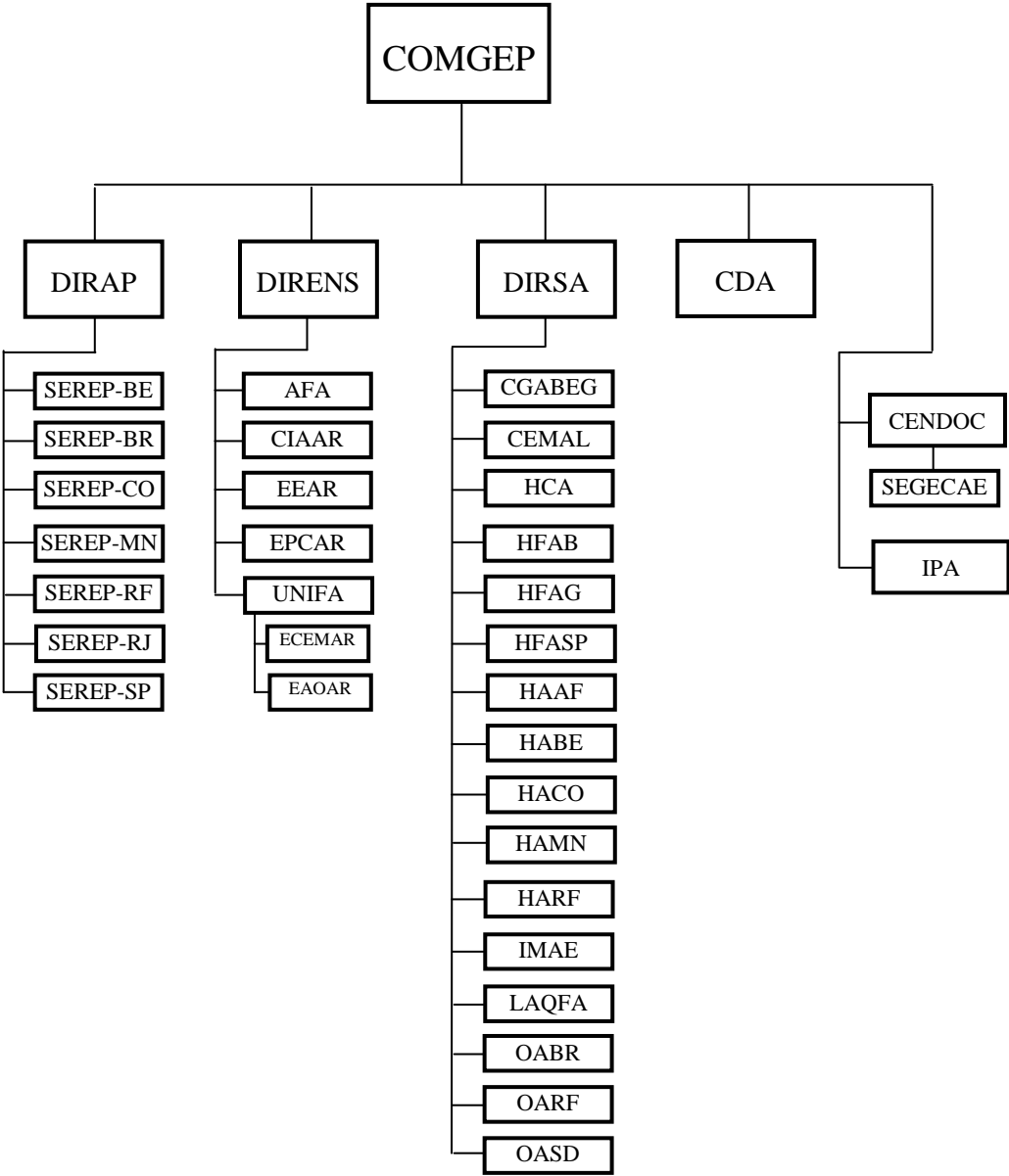
Anexo E - Organograma do Comando de Preparo

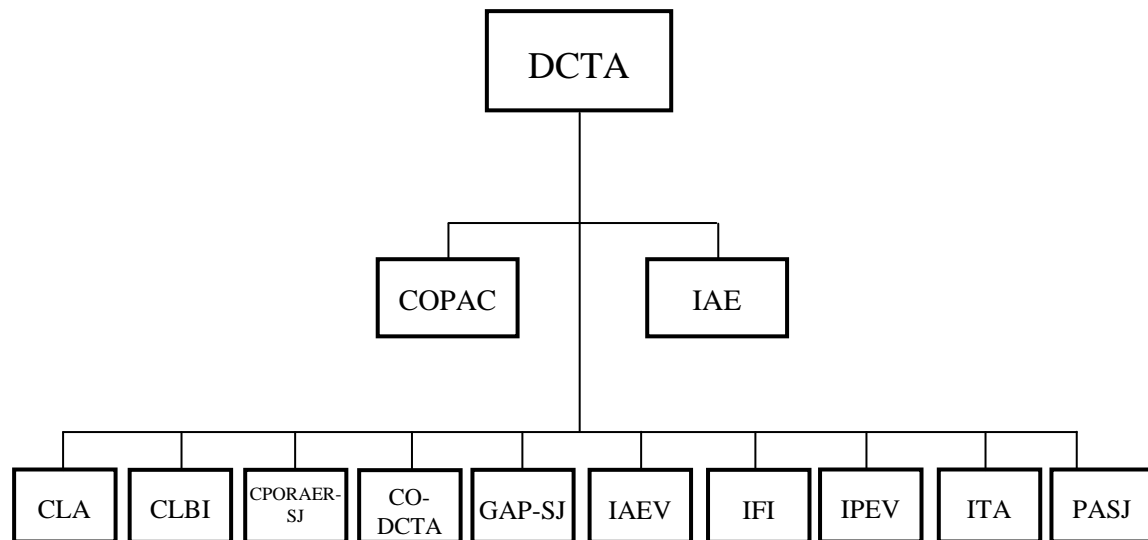


Anexo F - Organograma do Comando-Geral de Apoio

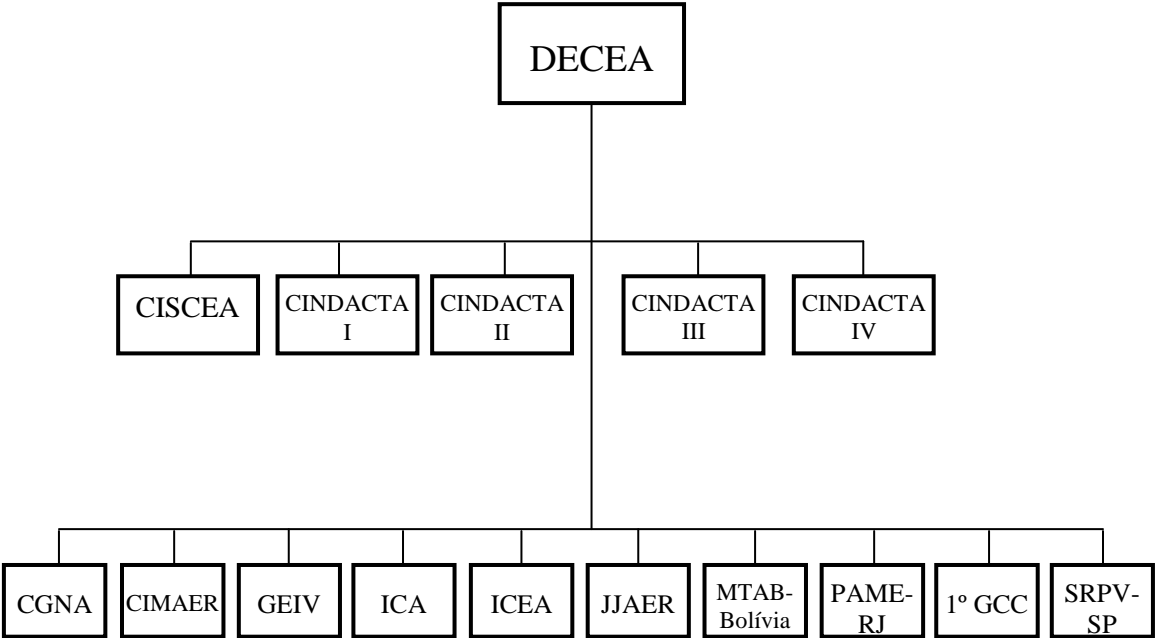


Anexo G - Organograma do Comando-Geral do Pessoal



Anexo H - Organograma do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

Anexo I - Organograma do Departamento de Controle do Espaço Aéreo



Anexo J - Organograma da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica

